



Universidade Federal  
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**FRANCISCO ANTONIO QUEIROGA DE SÁ**

**TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SEUS IMPACTOS**  
**NOS TERRITÓRIOS RURAIS: AFETIVIDADES E TERRITORIALIDADES NA**  
**COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS, SÃO FRANCISCO-PB**

**CAJAZEIRAS – PB**

**2024**

FRANCISCO ANTONIO QUEIROGA DE SÁ

**TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SEUS IMPACTOS  
NOS TERRITÓRIOS RURAIS: AFETIVIDADES E TERRITORIALIDADES NA  
COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS, SÃO FRANCISCO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras – PB.

**Orientador(a):** Professora Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira

**CAJAZEIRAS – PB**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

S111t Sá, Francisco Antonio Queiroga de.  
Transformações nas relações de trabalho e seus impactos nos territórios rurais: afetividade e territorialidades na Comunidade de Dois Riachos, São Francisco - PB / Francisco Antonio Queiroga de Sá. - Cajazeiras, 2024.  
67f. : il. Color.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira.  
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2024.

1. Comunidade rural - Sertão paraibano. 2. Campesinato. 3. Agricultura familiar. 4. Comunidade Dois riachos - São Francisco - Município - Paraíba. 5. Pertencimento. 6. Afetividade. 7. Espaço agrário brasileiro. I. Oliveira, Mara Edilara Batista de. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 336.314.5

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

FRANCISCO ANTONIO QUEIROGA DE SÁ

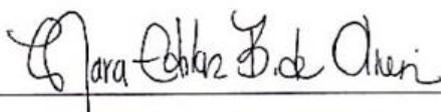
**TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SEUS IMPACTOS  
NOS TERRITÓRIOS RURAIS: AFETIVIDADES E TERRITORIALIDADES NA  
COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS, SÃO FRANCISCO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras – PB.

**Orientador(a):** Professora Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira

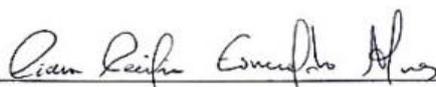
TCC aprovado em: 15/07/2024

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profª. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira – UFCG  
(Orientadora)



---

Profª. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves – UFCG  
(Examinadora)



---

Prof. Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão – UFCG  
(Examinador)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pois sem ele nada disso seria possível, cada obstáculo vencido tinha sua mão me guiando pelo melhor caminho. Assim como a mão de sua mãe Nossa Senhora da Conceição, a qual tenho uma fé inabalável.

Agradeço a minha família que sempre me apoiou em todas as minhas decisões, e sempre me incentivaram, em especial aos meus pais, meu pai; Izaú Cândido de Sá, minha mãe; Maria dos Remédios Queiroga de Sá, que sempre fizeram de tudo para dar o melhor a mim e minhas irmãs, Renata, Raniely e Josefa Regina, a quem sou extremamente grato por estarem sempre junto a mim.

Aos amigos que fiz nessa jornada de 5(cinco) anos, por sempre caminharem junto a mim e pelo apoio nos momentos mais difíceis, em especial; Ana Carolina, Edilene, Isabella, Rafael, Maria de Fátima, Maria Vitória e Sirlene, vocês sem dúvidas deixaram todo o processo mais leve, cada conversa, cada sorriso será sempre lembrado, gratidão!

Aos amigos de longa data, desde a época de ensino médio, aos amigos de outros períodos que conheci ao longo do curso, aos amigos do ônibus pela partilha de momentos, e em especial a turma 2019.1.

Aos moradores da Comunidade de Dois Riachos, que se dispuseram a responder a pesquisa, por responder a perguntas com tanto zelo, vocês contribuíram de forma direta para a realização desse trabalho.

Agradeço a todos os professores vinculados à Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), vocês foram essenciais para a minha formação enquanto futuro professor de geografia. Em especial a Profa. Dra. Mara Edilara, pelas orientações, por toda paciência e dedicação. Agradeço ainda a minha Professora de geografia do ensino médio, Edneide Pedro, a quem tenho grande admiração.

Aos professores que me receberam tão gentilmente nos estágios supervisionados e no Programa Residência Pedagógica, fundamental na minha formação, fortalecendo a minha prática docente. Aos professores das disciplinas de estágios pela partilha em sala de aula.

Enfim, gostaria de expressar minha eterna gratidão a todos que contribuíram de forma direta ou indireta por essa trajetória, obrigado!

*“A vantagem de ter péssima memória é divertir-se muitas vezes com as mesmas coisas boas como se fosse a primeira vez.”*

*Friedrich Nietzsche*

## RESUMO

Em meio às crescentes modificações no espaço agrário brasileiro, e a expansão do sistema capitalista de produção, onde diversos fatores causam grandes impactos no modo de viver das famílias, principalmente no campo, resistindo às mudanças resultantes do avanço do capitalismo. Nesse contexto é possível citar as dificuldades encontradas nas pequenas comunidades, onde grande parte das famílias sobreviviam apenas com a prática da agricultura familiar e devido às significativas mudanças alguns são obrigados a deixar seus lares em buscas de melhores condições de vida, afetando assim a organização e estrutura do espaço agrário. Com o objetivo de ressaltar a importância da vida no campo, este estudo destaca o contexto histórico da Comunidade de Dois Riachos, situada no município de São Francisco – PB. Para além e tendo como principal objetivo explorar o sentimento de pertencimento dos moradores pela comunidade. Para uma melhor compreensão foi abordado como se deu a formação do espaço agrário brasileiro. Além de enfatizar a agricultura familiar, que exerce uma função essencial na economia e na cultura do Brasil, sendo a base de subsistência de milhões de famílias em regiões rurais. Abordando o seu valor econômico, essa modalidade de produção agrícola está profundamente ligada à identidade cultural e ao sentimento de pertencimento das comunidades rurais. Ademais, destaca-se o papel do campesinato como agente de mudanças sociais e econômicas nas regiões rurais, fomentando o desenvolvimento sustentável e a preservação das tradições locais. Por fim foi trabalhado os aspectos afetivos na comunidade, a partir da elaboração de uma carta imagem desses pontos dentro da Comunidade.

**Palavras chave:** Pertencimento, Afetividade, Agricultura Familiar, Espaço Agrário, Campesinato.

## **ABSTRACT**

Amid growing changes in the Brazilian agrarian space, and the expansion of the capitalist production system, where several factors cause major impacts on the way of life of families, especially in the countryside, resisting the changes resulting from the advance of capitalism. In this context, it is possible to mention the difficulties encountered in small communities, where a large part of families survived only with the practice of family agriculture and due to significant changes, some are forced to leave their homes in search of better living conditions, thus affecting the organization and structure of agrarian space. With the aim of highlighting the importance of life in the countryside, this study highlights the historical context of the Community of Dois Riachos, located in the municipality of São Francisco – PB. In addition, the main objective is to explore the residents' sense of belonging to the community. For a better understanding, it was discussed how the Brazilian agrarian space was formed. In addition to emphasizing family agriculture, which plays an essential role in Brazil's economy and culture, being the basis of subsistence for millions of families in rural regions. Addressing its economic value, this type of agricultural production is deeply linked to the cultural identity and sense of belonging of rural communities. Furthermore, the crucial role of the peasantry as an agent of social and economic change in rural regions stands out, promoting sustainable development and the preservation of local traditions. Finally, the affective aspects in the community were worked on, based on the creation of an image chart of these points within the Community.

**Keywords:** Belonging, Affection, Family agriculture, Agrarian Space, Peasantry.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### IMAGENS

Imagem 1: Delimitação da área de estudo.....	18
Imagem 2: Associação comunitária da comunidade. ....	24
Imagem 3: Igreja católica da comunidade.....	25
Imagem 4: Igreja evangélica da comunidade. ....	25
Imagem 5: Escola Municipal Quitéria Lunguinho de Sousa.....	26
Imagem 6: Escola Municipal Francisca Dantas Casimiro.....	27
Imagem 7: Unidade básica de saúde Maria Joana de Queiroga. ....	28

### MAPAS

Mapa 1: Localização do município de São Francisco - PB.....	18
Mapa 2: Cursos d'água da comunidade de Dois Riachos. ....	23
Mapa 3: Pontos afetivos na comunidade de Dois Riachos.....	57

## LISTA DE GRÁFICOS

### GRÁFICOS

Gráfico 1: Atividades que fazem parte da renda das famílias da comunidade - 2024. ...	20
Gráfico 2: Locais onde estudam as crianças da comunidade - 2024. ....	27
Gráfico 3: Acesso a atendimento médico na comunidade de Dois Riachos - 2024. ....	29
Gráfico 4: Principais relações de trabalho que as famílias assumem atualmente - 2024. .....	41
Gráfico 5: Principais serviços procurados fora da comunidade - 2024. ....	47
Gráfico 6: O que faz as pessoas se sentirem pertencentes a comunidade – 2024. ....	48
Gráfico 7: Percentual e moradores que trocariam a vida no campo pela cidade - 2024.	50
Gráfico 8: Fatores que levariam os moradores a deixarem o campo pela cidade - 2024	53

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**EMBRAPA** Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária

**PB** Paraíba

**Pronaf** Fortalecimento da Agricultura Familiar

**TA** Tamanho da Amostra

**UBS** Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 OS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS EM UMA COMUNIDADE RURAL NO SERTÃO PARAIBANO</b> .....	17
1.1 A COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS .....	17
1.2 O PROCESSO HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS.....	22
<b>2 COMPREENDENDO O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO</b> .....	31
2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO.....	31
2.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL.....	33
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL .....	36
<b>3 MEIO RURAL: ENTRE O CAMPESINATO E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO</b> .....	40
3.1 DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES E DE RELAÇÕES DE TRABALHO DO CAMPESINATO.....	40
3.2 VÍNCULOS E AFETOS: O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO A COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS.....	46
3.3 ESTRUTURAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS QUE AFETAM O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E AFETIVIDADE NA COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	64
<b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA: MORADORES DA COMUNIDADE</b> .....	67

## INTRODUÇÃO

A trajetória rural do Brasil é multifacetada, associada à história colonial, ao avanço da agricultura e à presença contínua da agricultura familiar. Desde os primeiros tempos da colonização, as terras do país foram influenciadas pela atividade agrícola. Ao longo do período colonial, o território rural do Brasil foi caracterizado pela concentração de propriedades em extensos latifúndios, nos quais a escravidão desempenhava um papel fundamental na produção. Essa configuração agrária, centrada na exploração intensa de trabalhadores escravizados, não só impactou a paisagem rural, mas também influenciou as dinâmicas sociais e econômicas do país.

Contudo, com o fim do regime escravocrata e o surgimento da República, ocorreram mudanças substanciais na estrutura agrícola. O avanço da agricultura, impulsionado pelo processo de industrialização e pelas políticas de crescimento do Estado, introduziu novos métodos, equipamentos e sistemas de cultivo no campo brasileiro. Apesar das transformações ocorridas, a agricultura familiar continua sendo um setor importante no cenário agrícola do Brasil. Além disso, a agricultura familiar tem um papel importante na conservação da diversidade biológica, na preservação das práticas agrícolas tradicionais e no estímulo ao desenvolvimento rural sustentável.

No meio rural do Brasil, a identidade cultural está intrinsecamente ligada às atividades agrícolas, cerimônias religiosas, festas tradicionais e conexão com a terra e o meio ambiente. Essa identidade não só representa a variedade étnica e cultural do país, mas também a trajetória de resistência e batalhas dos povos rurais em busca de seus direitos e pela manutenção de suas raízes. Frente a tantas mudanças se tem a Comunidade de Dois Riachos, situada no Município de São Francisco, PB, que ainda faz uso de práticas tão significativas para o sustento de muitas famílias.

Os agricultores, como guardiões das tradições, mantêm vivas práticas agrícolas antigas e incentivam métodos de cultivo que protegem o ambiente e beneficiam as comunidades locais. Além disso, a classe rural é uma força contra a centralização de terras e a exploração econômica, lutando pela autonomia alimentar e pelos direitos dos trabalhadores do campo. Desta forma, o papel dos agricultores na agricultura brasileira vai além da simples produção de comida, abrangendo também a preservação da cultura, da identidade e da igualdade social nas áreas rurais.

Todo o arcabouço teórico discutido acima, foi construído a partir de leituras de autores como; Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Guiomar Inez Germani, Luiz Felipe

Perdigão de Castro, Maria Nazareth Baudel Wanderley, Orlando Valverde e Teodor Shanin. Em que foi realizado pequenos recortes abordando questões ligadas à formação do espaço agrário brasileiro e a resistência e luta dos que vivem no campo.

A Comunidade de Dois Riachos, objeto de nossa pesquisa, localizada no município de São Francisco - Paraíba, no Semiárido Nordeste, por estar inserida no campo, passou por esses desafios citados acima, daí a questão de fazer o trabalho de campo observando como essas mudanças afetaram esse território.

Para isso, essa pesquisa partiu de uma abordagem quali-quantitativa, em que foram combinadas, as análises conceituais da área de estudo da Geografia Agrária, com a investigação e coleta de informações no local da pesquisa, por meio de trabalho de campo. Acerca dessa importância, Marcos (2006), diz que:

Penso que a maior parte dos geógrafos concorde com o fato de que a ida a campo seja um instrumento didático e de pesquisa de fundamental importância para o ensino e pesquisa da na Geografia. Enquanto recurso didático, o trabalho de campo é o momento em que podemos visualizar tudo o que foi discutido em sala de aula, em que a teoria se torna realidade, se “materializa” diante dos olhos estarecidos dos estudantes, daí a importância de planejá-lo o máximo possível, de modo a que ele não se transforme numa “excursão recreativa” sobre o território, e possa ser um momento a mais no processo ensino/aprendizagem/produção do conhecimento. (MARCOS, 2006, p.106)

Então, a partir das questões levantadas sobre o trabalho de campo na geografia, é importante ressaltar que o mesmo é fundamental não apenas na aplicação do que foi visto em sala de aula, mas também na construção de pesquisas de grande valor social para a população. E para que tudo ocorra de maneira correta é necessário que se haja planejamento, visando bons resultados.

De início foi realizado um levantamento bibliográfico, a fim de identificar e analisar as principais teorias e conceitos que nos ajudasse a analisar a forma de vida camponesa na Comunidade de Dois Riachos. Após o levantamento bibliográfico inicial, o planejamento dos trabalhos de campo e a elaboração dos questionários e entrevistas. Não havendo necessidade de ser avaliado por um comitê de ética, pois foi preservada a identidade dos moradores que participaram. Facilmente realizamos o trabalho de campo junto à população residente na Comunidade de Dois Riachos, por conhecer as famílias e a localização de suas residências, devido residir nesta comunidade. Esses trabalhos de campo foram realizados entre os meses de fevereiro e abril de 2024.

Organizamos as entrevistas dentro de uma sequência lógica, ao todo foram 59 moradores entrevistados, do total dos 410 moradores da Comunidade Dois Riachos. Essa porcentagem foi definida a partir de um cálculo de tamanho da amostra (TA), com nível de confiança de 90% e a margem de erro de 10%, que pode ser visto abaixo.

$$TA = \frac{\frac{z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{e^2}}{1 + \left( \frac{z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{e^2 \cdot N} \right)} = 59 \text{ entrevistados}$$

**Legenda:**

- N = total de moradores na comunidade (410 pessoas).
- z = escore z (1,65 - referente a 90% de nível de confiança).
- e = margem de erro (10%).
- p = desvio padrão (50%).

A partir dos dados coletados em questionários, foram elaborados mapas, gráficos e tabelas os quais são apresentados ao longo do texto. A partir dessas informações aprofundamos o debate em torno das transformações sofridas por essa comunidade rural ao longo do tempo, compreendendo os valores de pertencimento que essa comunidade reserva a esse lugar específico.

A estrutura deste trabalho está organizada em 3 (três) capítulos: o primeiro traz a abordagem do contexto histórico da Comunidade, desde sua formação, sua localização, e os principais serviços encontrados nela, como a saúde, educação e principais fontes de renda das famílias que ali vivem. Para além dessas questões se faz uma abordagem da resistência camponesa, e a luta dessas pessoas para sobreviverem no campo.

Em seguida o segundo capítulo faz uma abordagem a formação do espaço agrário brasileiro, e para que se haja uma compreensão dessa formação e de impactos que até hoje são recorrentes no campo, desde o período da colonização se buscou constatação teórica em autores como Orlando Valverde e Teodor Shanin. Para que em seguida se fosse abordado pontos como a modernização da agricultura e a agricultura familiar no Brasil.

O terceiro e último capítulo tem uma abordagem mais direcionada ao sentimento de pertencimento dos moradores pela comunidade, que é o objetivo da nossa pesquisa. Dessa forma foi enfatizando a identidade pelo meio rural, bem como a importância do campesinato. Para então se trabalhar os pontos relacionados ao pertencimento e como é viver na comunidade. Por fim foi levantado a questão da afetividade, onde apareceram três lugares significativos dentro da comunidade.

## **1 OS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS EM UMA COMUNIDADE RURAL NO SERTÃO PARAIBANO**

Viver em comunidades rurais em meio às transformações sofridas principalmente pelo capitalismo requer se adequar, e para isso é necessário resistir. “Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação do trabalho camponês e do trabalho não-camponês” (SHANIN, 2008, p.25).

Essa forma de resistência implica na sobrevivência das famílias no campo, mesmo que a partir de outras práticas para garantir a sobrevivência. “O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar” (OLIVEIRA, 2007, p.11).

A partir das discussões levantadas acima, durante o capítulo serão abordadas modificações sofridas ao longo do processo de formação da comunidade de Dois Riachos. E como se encontra atualmente e os serviços essenciais encontrados na mesma.

### **1.1 A COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS**

A Comunidade de Dois Riachos como é conhecida, está localizada no município de São Francisco, no sertão paraibano. No mapa 1 é possível visualizar a localização da Cidade de São Francisco no Estado da Paraíba, e onde está situada a comunidade de Dois Riachos.

Mapa 1: Localização do município de São Francisco - PB.



Fonte: Elaborado por DE SÁ, 2024.

A comunidade é composta por pequenas propriedades, de famílias que possuem a posse da terra, que praticam ou já praticaram agricultura familiar de subsistência, e por vezes fazem renda da comercialização do excedente. Na imagem 1 é possível visualizar delimitação da área de estudo.

Imagem 1: Delimitação da área de estudo.



Fonte: Plataforma Google Earth (2024)

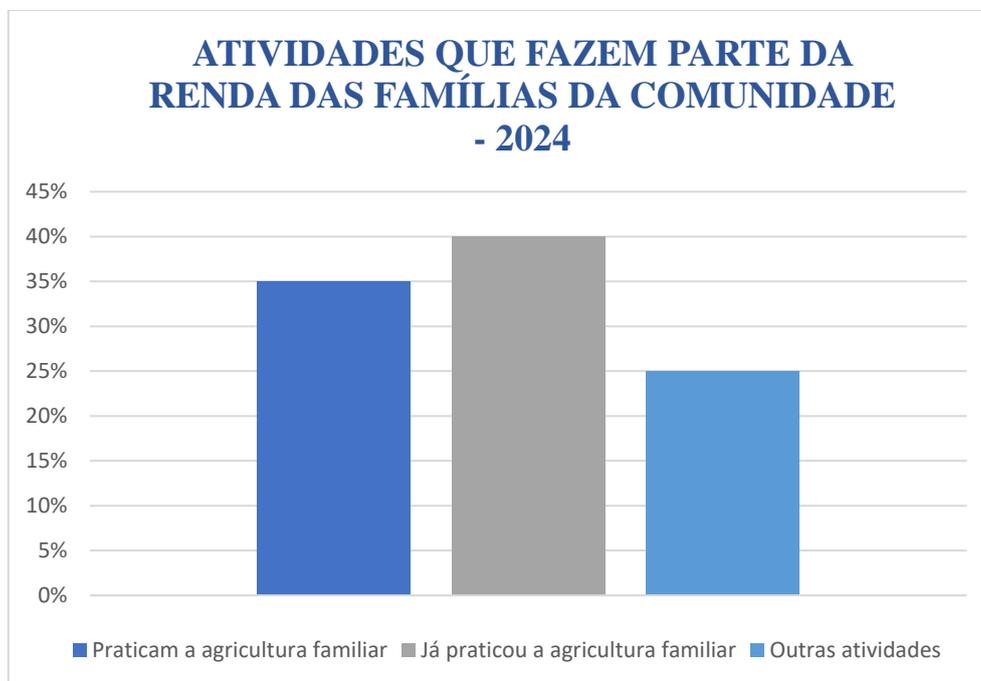
Para essa delimitação construímos um polígono em sobreposição a uma imagem de satélite observando limites entre as distintas comunidades rurais na região. Isso se fez possível a partir do conhecimento do pesquisador sobre a região, pela vivência de ser residente nesta comunidade como já foi dito. Sendo assim a pesquisa foi realizada com as famílias que possuem suas terras e casas inseridas dentro da área delimitada, entretanto, é preciso ressaltar que a área do polígono se refere apenas a delimitação da nossa área de pesquisa, trata-se apenas de uma aproximação do território da comunidade de Dois Riachos. Cada ponto marcado delimita o território da comunidade, observando as terras de famílias que vivem em comunidades vizinhas, como por exemplo, as comunidades de “Duas Lagoas” e “Prata”, que fazem fronteira com a nossa área de estudo.

Considerando essa área de estudo, podemos rapidamente observar que se trata de um lugar onde vivem famílias que já tiveram a agricultura como a principal fonte de renda da comunidade. Entretanto, é preciso considerar que a agricultura não é mais a única fonte de renda de comunidades rurais como a Comunidade de Dois Riachos.

Dessa maneira, é preciso enfatizar que o território dessas comunidades rurais, do interior do país, como Semiárido Paraibano, onde está localizada a comunidade de Dois Riachos, ganham outras complexidades na contemporaneidade. Em pesquisa

identificamos que apenas 35 % das famílias tem a agricultura presente na sua renda, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Atividades que fazem parte da renda das famílias da comunidade - 2024.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. DE SÁ, 2024.

Ao observar o gráfico se observa que em torno de 30% das pessoas da comunidade ainda praticam a agricultura familiar, mas vale salientar que não é a única fonte de renda da família. Cerca de 40% já praticaram, ou seja, são pessoas que não dependem da mesma para sobreviver, aqui se encaixam o pessoal com carteira assinada, trabalhadores informais e aposentados. Os demais 25% estão ligados a outras atividades como fonte de renda, das quais foram citadas atividades ligadas à venda de utensílios para o lar, vendas de confecções (roupas, calçados), professores, motoristas e serviços domésticos.

Identificamos, por exemplo, durante a pesquisa que as famílias vivem nesta comunidade e ocupam este território há mais de 150 anos. Trata-se de uma comunidade que agrega centenas de famílias, que com o passar do tempo foram criando vínculos de pertencimento com a região e se estabelecendo em determinadas comunidades rurais, como a de Dois Riachos. Formando assim, pequenos grupos comunitários que inclusive se ajudam entre si, até os dias atuais. Conservando ainda características camponesas onde cada família possui um pedaço de terra para plantar e tem na agricultura a garantia de sobrevivência.

Considerando essas características iniciais da comunidade de Dois Riachos, que se assemelha a muitas outras comunidades rurais dessa região, a nossa pesquisa prossegue tentando compreender as relações vivenciadas por essas famílias dentro que se recria em um território rural, mas que hoje não tem necessariamente a agricultura como sua principal atividade e fonte de renda para a família. Buscando compreender que outras atividades fazem parte da economia das famílias da comunidade.

Dessa forma, demos continuidade a pesquisa buscando compreender como se deu esse contexto histórico e geográfico da comunidade, tentando compreender o que leva essa comunidade agregar hoje famílias compostas por pessoas de distintas idades, e que mesmo não dependendo da agricultura, não deixam, e nem pensam em deixar, as suas terras e as suas casas de morada na comunidade, como veremos no decorrer da apresentação dos dados da pesquisa.

Precisamos entender quais os laços de pertencimento a este território que essa comunidade vem construindo e abrir espaço, durante a pesquisa, para ouvir um pouco das histórias de vida dessas famílias, suas perspectivas em torno das transformações sofridas pela comunidade e perspectivas futuras. Nos inquietou, portanto, durante essa pesquisa compreender como, mesmo com tantas dificuldades, principalmente nos períodos de estiagem da região Semiárida, essas famílias existem e resistem nessas comunidades rurais, parecendo nunca deixarem de ser camponês. Assim;

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações. (SHANIN, 2008, p.28)

As estratégias adotadas por meio da resistência camponesa, são formas de organizar as comunidades para que resistam a exploração e opressão impostas por elites e outras formas de poder impostas. Essa resistência reflete diretamente a luta contra essa exploração, mas que também tenta preservar esse modo de vida e sistemas de valores tradicionais.

Nessa tentativa de aproximação com essas questões da comunidade de Dois Riachos, seguimos abaixo com a sistematização do levantamento do processo histórico

da comunidade, levantados por meio de entrevistas e questionários aplicados durante os trabalhos de campo dessa pesquisa.

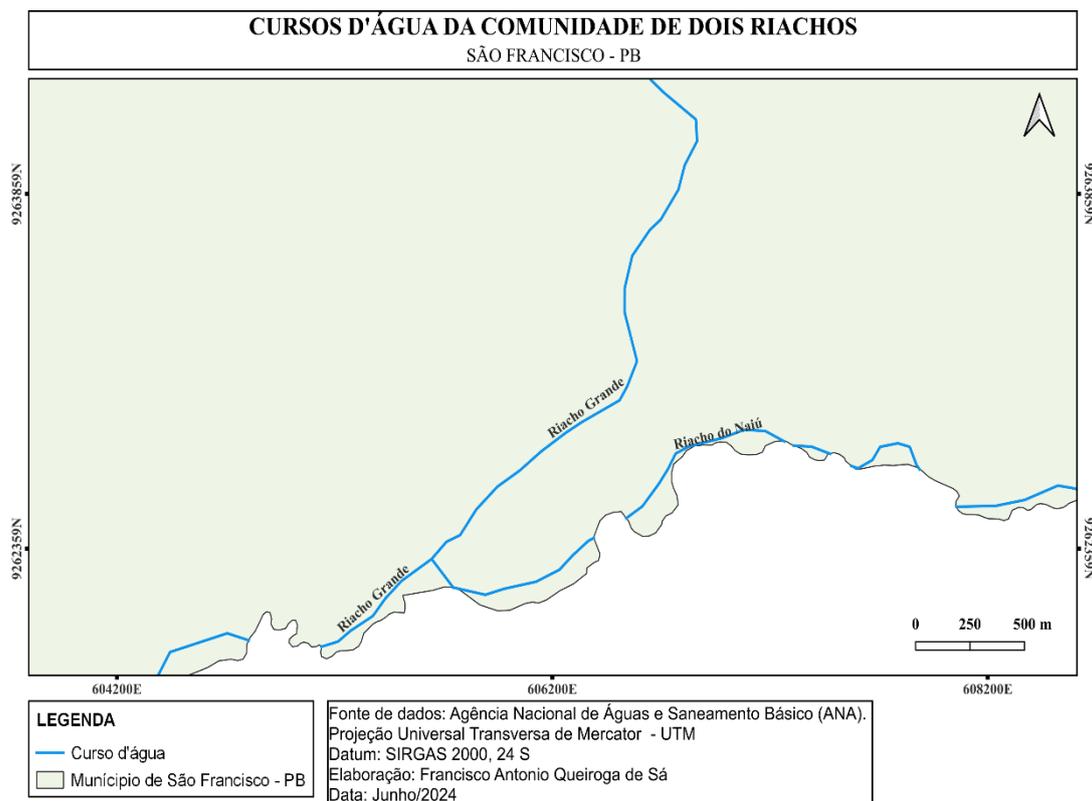
## 1.2 O PROCESSO HISTÓRICO DA COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS

Segundo os moradores mais antigos, os primeiros habitantes da comunidade de Dois Riachos, chegaram por volta do ano de 1850. Essa primeira família que veio viver na região onde hoje está localizada esta comunidade, era formada apenas por quatro pessoas. Sendo que dois eram do sexo masculino e duas do sexo feminino. De acordo com as informações, durante a pesquisa, eles eram naturais do então município de Pombal, também localizado no sertão paraibano, e aqui fixaram moradia. Com o passar do tempo construíram residência na parte Norte do município de São Francisco. Após os anos de 1870 vieram habitar nesta localidade mais duas famílias.

Mediante informações repassadas pelos mais velhos desta localidade, existiram dois senhores, que foram patriarcas das principais famílias da região, fato que durou pouco, pois logo nos anos seguintes, mais precisamente no ano de 1888 aconteceu a abolição da escravatura no Brasil, prevalecendo na região a relação de morador de condição. “[...] Diferentes formas de organização e de enfrentamento da classe trabalhadora que vão desde a luta de resistência ao processo de expulsão a exemplo da luta dos posseiros e moradores pelo direito de permanecer na terra[.]”, (MOREIRA, 2015, p.2). Relação ainda muito presente no rural do Semiárido Nordeste.

Um fato curioso é que ninguém sabe ao certo a origem do nome da comunidade. Segundo as falas dos moradores supõe-se que tenha se originado em decorrência do lugar ser banhado por dois grandes riachos que se cruzam no território da comunidade. Um riacho chamado de “Riacho Grande”, que tem sua nascente na Serra do Comissário e o “Riacho do Naiú”, que nasce no morro do maxixe, entre os sítios Aba da Serra e Umburana. A fim de comprovar essa teoria, foi elaborado um mapa a partir de dados coletados da Agência nacional de águas e saneamento básico (ANA), do ano de 2023. Veja no mapa 2 os cursos d’água da comunidade.

Mapa 2: Cursos d'água da comunidade de Dois Riachos.



Fonte: Elaborado por DE SÁ, 2024.

A partir das entrevistas podemos perceber que essas famílias tiveram na agricultura a sua principal atividade e fonte de renda da comunidade por muito tempo, fato é que em 24 de abril de 1990 foi fundada a Associação Comunitária, conhecida pelos moradores como “Grupo de Produtores Rurais de Dois Riachos”. Segundo os moradores entrevistados essa associação teve como objetivo melhorar a vida dos produtores rurais desta comunidade. A associação teve como fundador o senhor Joaquim Sucupira de Queiroga, e tinha como doador do terreno onde foi construída o senhor Antônio Cândido da Nóbrega (*In memoriam*). A Associação era composta por uma sala de maquinários, um depósito e o auditório, onde aconteciam as reuniões mensais. Na imagem 2 é possível visualizar o prédio da associação, visivelmente abandonado.

Imagem 2: Associação comunitária da comunidade.



Fonte: Acervo pessoal. DE SÁ, 2024.

No início de sua fundação era composta por 35 membros, tendo como presidente o senhor Francisco Olímpio de Sousa. A diretoria era renovada a cada dois anos, durante o período de funcionamento os produtores conseguiram vários benefícios entre eles; A construção do prédio em 1994, Compras de maquinários também em 1994 e Compras de cadeiras para o auditório no ano de 2002. A mesma não funciona mais, se encontra em declínio, pois nenhum morador quis assumir o comando.

Quanto à religião, todas essas comunidades rurais da região se caracterizam por terem muitos fiéis. Na comunidade de Dois Riachos, dos 59 moradores que responderam ao questionário dessa pesquisa, 96% são católicos e os restantes 4% são protestantes. Sendo assim, na comunidade tem uma igreja católica, cujo padroeiro é São José, e uma igreja evangélica. Nas imagens 3 e 4 é possível visualizar ambas, a primeira é da igreja católica e a segunda da igreja evangélica, situadas dentro da comunidade.

Imagem 3: Igreja católica da comunidade.



Fonte: Acervo pessoal. DE SÁ, 2024.

Imagem 4: Igreja evangélica da comunidade.



Fonte: Acervo pessoal. DE SÁ, 2024.

Já quanto ao acesso à educação na comunidade de Dois Riachos, foi relatado pela comunidade, que essa sempre foi bem vista na região, pois por muito tempo ela foi a única comunidade da região que possuía escola. Era a Escola Municipal Quitéria Lunguinho de Sousa, fundada em 1987, e funcionou nos turnos manhã e tarde, atendendo da 1ª a 5ª série, até o ano de 2011. Com a diminuição do número de crianças na comunidade, a escola já vinha há dez anos funcionando apenas com educação infantil, o que atendia até o ano de 2023, 27 alunos. Cerca de 20 crianças do fundamental I se deslocam para estudar na escola de uma comunidade rural maior e mais próxima a cidade.

Em 2023, foi inaugurada uma nova escola na comunidade, deixando então de lado a antiga escola. Pois a Escola Quitéria Lunguinho se encontrava com instalações bem velhas e apenas com duas salas de aula. Então o município em parceria com o Estado, construiu uma nova Escola com quatro salas de aula, a mesma começou a funcionar no mês de março do corrente ano e tem atendido apenas a educação infantil com um total de 40 alunos. Nas imagens 5 e 6 temos as duas escolas citadas.

Imagem 5: Escola Municipal Quitéria Lunguinho de Sousa.



Fonte: Acervo pessoal. DE SÁ, 2024.

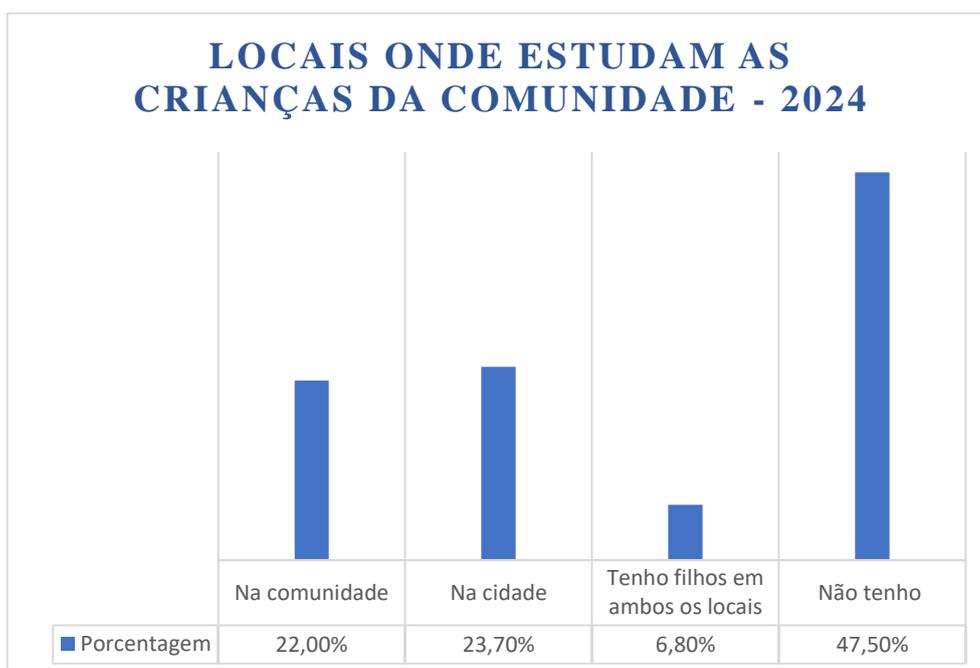
Imagem 6: Escola Municipal Francisca Dantas Casimiro.



Fonte: Acervo pessoal. DE SÁ, 2024.

Durante a pesquisa, foi perguntado onde estudam os filhos das famílias da comunidade, e foi obtido o seguinte resultado apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2: Locais onde estudam as crianças da comunidade - 2024.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. DE SÁ, 2024.

Com os dados expostos no gráfico, e durante as conversas, foi possível notar que permaneceu apenas o ensino infantil na comunidade, o que gerou insatisfação, pois se esperava que as crianças que estudam do 1º ao 5º do ensino fundamental I voltassem a funcionar na comunidade. Mas que fora essa questão, se mostraram satisfeitos quanto ao ensino.

A saúde na região já passou por muitos desafios, mas hoje já se tem um amplo acesso a diversas especialidades, a comunidade conta com uma Unidade Básica de Saúde (UBS), que têm atendimentos médico ao menos duas vezes na semana, além de outras especialidades como: odontólogo, nutricionista, psicólogo, fisioterapeuta e fonoaudiólogo. Segundo os moradores eles também contam com um transporte da Saúde que pode atendê-los 24 horas, em situações por exemplo de agravamento da saúde e que não se resolve na UBS, se dirigindo para atendimento principalmente na cidade de Sousa-PB. Na imagem 7 temos a Unidade Básica de Saúde(UBS) localizada na Comunidade de Dois Riachos.

Imagem 7: Unidade básica de saúde Maria Joana de Queiroga.

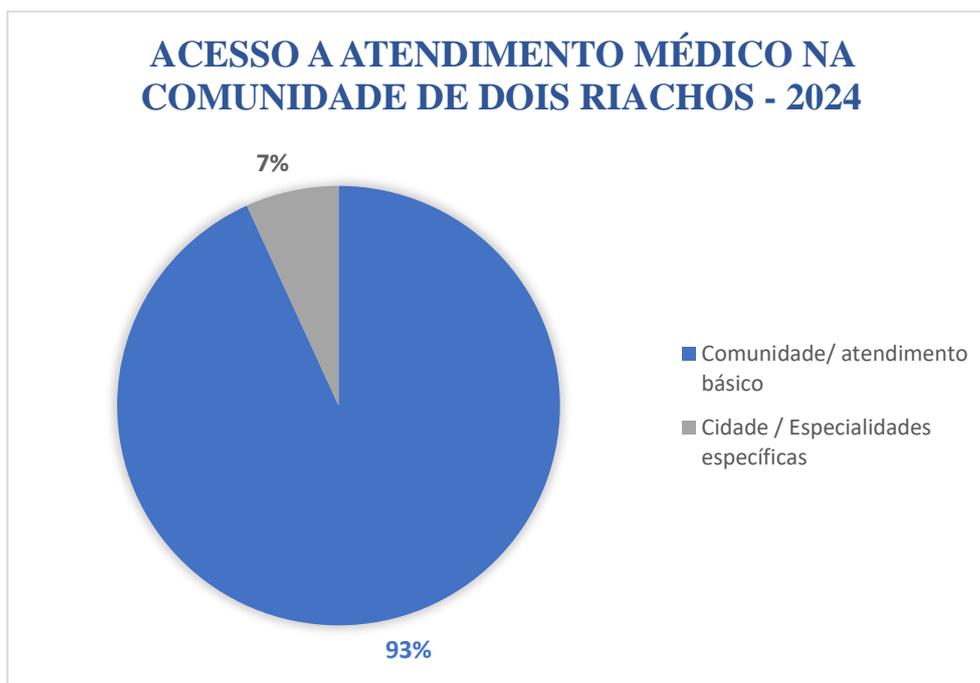


Fonte: Acervo pessoal. DE SÁ, 2024.

Ao serem questionadas a respeito das necessidades de atendimento médico, a maioria respondeu que conseguem na comunidade, e que só se deslocavam para a cidade

ou para cidades vizinhas, em caso de procurar determinada especialidade, que não tinham na comunidade. No gráfico abaixo é possível observar que mais de 90% ao necessitar de atendimento, consegue solucionar o problema na comunidade.

Gráfico 3: Acesso a atendimento médico na comunidade de Dois Riachos - 2024.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. DE SÁ, 2024.

Dessa forma os 93% relacionados a atendimentos médicos na comunidade, dizem respeito aos atendimentos básicos que estão disponíveis, e que são na maioria dos casos suficientes para que não se desloque a cidade. Os demais 7% são atendimentos que ainda não se tem na comunidade devido a complexidade de cada caso. Sendo assim, podemos dizer que o acesso à saúde na comunidade acaba sendo um ponto positivo na permanência dessas famílias na comunidade.

Sabemos que várias são as questões que moldam um território, seja pelo convívio social ou a cultura. De acordo com Haesbaert (2004):

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica. (HAESBAERT, 2004, p.02)

Sendo assim, essas famílias se apropriaram desse território ao longo dos tempos de forma funcional e concreta, seja a partir das relações sociais e econômicas estabelecidas por cada família em comunidade, seja pelas relações culturais e simbólicas construídas principalmente com o vínculo em comunidade.

Entendemos, entretanto, que a realidade da Comunidade de Dois Riachos não pode ser analisada de forma isolada das questões mais amplas do espaço agrário brasileiro. É preciso compreender de forma mais ampla a questão agrária brasileira, e mais especificamente do Semiárido Nordeste para aprofundar as questões de pertencimento a esse território camponês.

## 2 COMPREENDENDO O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Tendo em vista as questões abordadas anteriormente que trouxe as mudanças ocorridas ao longo do tempo na comunidade de Dois Riachos e o seu processo histórico de transformações em diversos segmentos. Além de enfatizar a resistência camponesa e a luta pela sobrevivência no campo.

Neste capítulo busca-se discutir a formação do espaço agrário brasileiro e como se deu esse processo. Para além disso abordar a agricultura familiar no Brasil e sua modernização, frente ao modelo capitalista e o crescimento do processo de industrialização no país.

### 2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Para entender a configuração do espaço agrário brasileiro, é fundamental fazer uma análise histórica, tendo como ponto de partida o processo de colonização das Américas e a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500, comandada por Pedro Álvares Cabral. Esse período foi caracterizado pela extrema violência e maus tratos contra os povos nativos que habitavam essa região, que hoje conhecemos como Brasil. Percebe-se que o tema do espaço agrário é um assunto que requer uma abordagem cuidadosa, por isso vários estudos apresentam pesquisas de grande relevância.

Acerca da exploração das terras, e a procura por terras apropriadas ao cultivo da cana de açúcar Germani (2006), enfatiza que:

Esta opção da coroa portuguesa encontrava um sério obstáculo: ninguém se interessava por vir ao Brasil. Além de ser uma aventura perigosa, não havia atrativos que apontassem para o êxito econômico deste projeto. Mas prontamente apresentou-se uma perspectiva: a qualidade de grande parte do solo litorâneo – denominado massapé e o clima do Brasil, que se apresentavam como promissores para o plantio de um produto milagroso, a cana de açúcar, matéria prima para a produção de açúcar. O açúcar era um produto escasso e de alto valor comercial na Europa. Já era produzido em pequena escala na Sicília; pelos portugueses, nas ilhas da Madeira e Cabo Verde, desde meados do século XV, e no Oriente. (GERMANI, 2006, P.120)

De início, a coroa portuguesa teve dificuldades ao tentar atrair os colonos para o Brasil, pois além dos perigos que havia na viagem até aqui, tinha a questão da falta de

estímulos econômicos. Porém, com a evidência de um solo litorâneo de boa qualidade, e um clima favorável no Brasil entenderam que seria promissor para o cultivo do produto que seria lucrativo.

A questão fundiária no Brasil foi marcada por um longo processo histórico. Essa evolução histórica das propriedades rurais brasileiras tinham diretrizes a serem seguidas, como o uso das melhores terras para *plantations*, pastos naturais no Cerrado e na Caatinga para criação extensiva e a coleta comercial de produtos da selva, as chamadas “drogas do sertão” exportadas para os grandes mercados (VALVERDE, 1985, P.236 - 237). Dessa forma Valverde (1985), afirma que:

É verdade que a redução em área das *plantations* de café foi, em grande parte, compensada pela expansão de *plantations* de outros produtos. As usinas de açúcar são exemplos disso: no Nordeste localizavam-se nos vales do Ceará-Mirim e do Jacu, no Rio Grande do Norte foi reforçada com o desenvolvimento das usinas do Brejo (Santa Maria, Tanque), desde a decadência da lavoura de sisal. (VALVERDE, 1985, p.239)

Mediante a afirmação acima é possível dizer que houve uma adaptação às condições locais, as usinas de açúcar passaram a ocupar áreas antes dedicadas ao café, além da demanda de outros produtos. Tal fenômeno no contexto brasileiro veio a refletir diretamente em estratégias de diversificação econômica e adaptação às condições de mercado, dessa forma impactando o uso da terra na distribuição geográfica das *plantations*.

Por ser uma mercadoria escassa na Europa o açúcar tinha um alto valor comercial, tornando-se uma mercadoria bastante desejada. Para tanto,

O sistema adotado para a ocupação da nova Colônia foi o das capitânicas hereditárias, sistema já utilizado por Portugal na ilha da Madeira e Cabo Verde. Consistiu em dividir o litoral brasileiro em 12 setores lineares com largura que variavam entre 30 e 100 léguas e que tinham como limite de extensão a linha imaginária determinada pelo Tratado de Tordesilhas. Estes setores foram denominados de Capitânicas e a seus titulares – os donatários – foram dados grandes regalias e poderes de soberanos. (GERMANI, 2006, p. 121)

Com a inspiração em modelos como os de Cabo Verde e Ilha da Madeira, a divisão do litoral brasileiro se deu em 12 grandes áreas, por sua vez cada uma dessas capitânicas era entregue a um donatário para que fosse exercido total controle sobre as mesmas. No

entanto, algumas dessas foram abandonadas ou vieram a se fundir devido às disputas internas.

Essas divisões no território brasileiro em capitanias, e todas as desigualdades presentes hoje são parte da consolidação dos latifúndios. “Registre-se que a escravidão e o latifúndio foram os dois pilares que sustentaram a aliança entre as diferentes oligarquias provinciais das diferentes regiões do Brasil, num pacto político-territorial que manteve a unidade do país” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.20).

“O Brasil será, entre todos os novos países independentes da primeira metade do século XIX na América, o único que se reivindicará como um Império e se fará em torno de uma Monarquia” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.21). Num contexto geral, a escolha do Brasil por uma monarquia imperial, logo após a sua independência configura as mudanças históricas e políticas do país. Entretanto,

Foi um membro da família real portuguesa que proclamou a independência assumindo a dívida da antiga metrópole portuguesa com a Inglaterra. Uma mentalidade colonial ganhará corpo entre as oligarquias brasileiras entre outras razões pelo fato de o Brasil ter vivido a situação de ter visto a sede da metrópole colonial se trasladar *sui generis* para a colônia com a transmigração da família real para o Brasil, em 1808. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.21)

Em meio às transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, e o processo de colonização ocorrido no Brasil, a chegada da família real trouxe mudanças que repercutiram ao longo da história. O breve recorte foi apresentado sobre a visão dos autores Valverde e Porto-Gonçalves, a fim de sistematizar o processo de formação do espaço agrário brasileiro. Após essas discussões pretende-se abordar temas como a modernização da agricultura no Brasil, como se deram esses avanços ao longo do tempo.

## 2.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Após um longo processo de formação do espaço agrário brasileiro e mudanças que impactam principalmente o meio rural, este tópico é destinado a argumentar o processo de modernização na agricultura brasileira, e as questões ligadas ao processo de industrialização e avanços tecnológicos, voltado principalmente para o agronegócio quando se fala em agricultura. Nesse sentido,

Embora desde o início do comércio em grande escala a agropecuária comercial se desenvolva no país, caracterizando a história econômica e a ocupação do território, somente quatro séculos mais tarde ela apresenta mudanças radicais. Isto se deve ao fato de a revolução tecnológica também ter atingido essa atividade, que passa a incorporar os principais paradigmas da produção e do consumo globalizados, em consonância com as transformações gerais do restante da sociedade. (ELIAS,2006, p.2)

O avanço da modernização da agricultura no Brasil, a partir na década de 1970, teve por intuito aumentar a produção, a produtividade e a ampliação do mercado nacional para as indústrias multinacionais de máquinas e equipamentos no geral. Com o apoio do Estado, onde havia investimento para subsidiar pesquisas científicas, como exemplo a criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA). De acordo com Mesquita (2008):

As atividades agrícolas e agrárias compõem um setor importante da economia que não é necessariamente absorvido pelo processo de industrialização. Há várias correntes de análise sobre o campo, no Brasil, que consideram a agricultura subordinada ao processo industrial, principalmente porque o modelo desenvolvimentista implantado no país se “expande” ao campo, e uma dessas vias de expansão foi o Estatuto da Terra de 1964, que previu a transformação das unidades agrícolas em empresas rurais. (MESQUITA, 2008, p.131)

Disto isto, apesar de o desenvolvimento econômico estar associado apenas a industrialização, o que não é uma afirmação concreta se levarmos em consideração que atualmente no campo existem várias indústrias de beneficiamento para produtos rurais. Pois a agricultura e a economia agrária realizam um importante papel na economia, principalmente em um país agrícola como é o caso do Brasil.

Mesmo com os significativos avanços no agronegócio brasileiro, ainda existem muitas desigualdades sociais. Acerca dessa questão afirma Elias (2006) que:

As transformações da produção agropecuária e do espaço agrícola brasileiros se processaram de forma socialmente e espacialmente seletivas, ao preço de pesados custos sociais e que só vingou pelo amplo amparo do Estado, o qual manteve intocável algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do crescimento econômico voltado para a equidade social e territorial, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais brasileiras. (ELIAS, 2006, p.15).

Ao abordar essas desigualdades sociais, poderia aqui enfatizar a questão da má distribuição de terras. Seguindo esta linha, Wanderley (2009) esclarece que:

A concentração da terra foi, e continua sendo, a peneira social que distingue os que serão ou não reconhecidos como capazes de promover o desenvolvimento. Encoberta pela dinâmica da agroindústria e do agronegócio, esta concentração não é menos nociva socialmente, na medida em que camufla a responsabilidade social pelo que cria e amplia em termos de miséria social, sob a forma do desperdício de recursos e da reprodução de relações compulsórias de trabalho rural. (WANDERLEY, 2009, p. 11)

Assim, essa má distribuição é herança do período colonial quando foi dividido as chamadas capitanias hereditárias, citadas anteriormente, onde foram divididas entre donatários, mas que em meio às disputas muitas se fundiram. Principalmente em fazenda onde a concentração de terras nas mãos dos fazendeiros. É bem comum ainda ver pessoas trabalhando como meeiros, ou seja, pequenos produtores que trabalham nas terras de grandes produtores, em troca de uma pequena parte do produto fruto do seu trabalho. Atividade essa que é recorrente principalmente na região Nordeste.

Concomitante a isto, a respeito da modernização da agricultura Teixeira (2005), reflete que:

A verdade é que a modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, tendendo a fortalecer a monocultura. Com a modernização ocorre o que vários autores denominam de “industrialização da agricultura”, tornando-a uma atividade nitidamente empresarial, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e insumos modernos. (TEIXEIRA, 2005, p.22)

A modernização da agricultura se conecta principalmente no que diz respeito ao capitalismo, deixando de lado as classes minoritárias, como pequenos produtores. Ocorrendo assim a adesão a monoculturas, que visam apenas a alta produtividade e os lucros de acordo com a lógica capitalista. Portanto, a modernização da agricultura acaba transformando as atividades da agricultura, e dificultando o acesso aos pequenos produtores que.

No entanto, o referido desenvolvimento se dá principalmente via capital internacional, com uma crescente participação das empresas multinacionais, com interesses em manter o setor rural cada vez mais subordinado aos recursos por elas produzidos. Argumentavam que o arcaico setor rural seria um entrave

para o desenvolvimento econômico, não conseguindo responder à demanda do setor urbano – industrial. (TEIXEIRA, 2005, p.26)

Com isto, a crescente influência do capital internacional no meio agrícola no Brasil tende a manter o setor rural dependente dos recursos por ela produzidos, como os usos de agrotóxicos e sementes transgênicas. Com o domínio das multinacionais sobre a modernização agrícola, pode haver consequências, como o uso de tecnologias e insumos, elevando o custo da produção. Essas empresas acreditam que o setor rural seja um impedimento para seu desenvolvimento, e incapazes de atender as demandas do setor industrial. De acordo com Castro (2015):

A modernização da agricultura brasileira foi uma imposição baseada no argumento de um projeto pretensamente portador do progresso. Esse processo garantiu “à classe média a inserção no circuito global de consumo”, reforçando o uso da terra e seus recursos sob uma lógica fortemente capitalista, à medida que se tornaram centrais “as regras de como e o que produzir para exportar. (CASTRO, 2015, p.97)

Desse modo a modernização da agricultura no Brasil, elevou os modelos de produção no campo, principalmente no que tange aos investimentos no agronegócio. Entretanto, gerou uma maior demanda por monoculturas, elevando o número de desigualdades para pequenos produtores e a má distribuição de terras. Para comprovação desses fatos foram citados autores como Fernandes que aborda a questão do paradigma agrário e Elias que visa explicar a globalização do espaço agrícola. Adiante pretende-se adentrar as questões ligadas à agricultura familiar no Brasil, e os pontos que demonstram essa categoria tão importante na história do campo brasileiro.

### 2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar é uma categoria social inventada recentemente, mas que sempre foi praticada pelos camponeses, sejam originários, sejam os que se formaram a partir da colonização. Sendo assim, é uma categoria derivada do campesinato. Acerca do uso desse termo Carvalho (2009), classifica como:

A proposta econômica e política de inserção competitiva da denominada "agricultura familiar" nos mercados, no âmbito do que passou a se denominar de cadeias produtivas, a partir da institucionalização em 1995 do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). (CARVALHO, 2009, p.3)

Segundo o autor é uma categoria que surge principalmente com a criação do Pronaf na década de 90. Ainda de acordo com Carvalho (2009):

As mistificações que os programas de modernização e de desenvolvimento rural promoviam (e promovem), em particular quando afirmavam que a denominada "agricultura familiar" só se viabilizaria ao se integrar aos mercados, facilitaram que o crédito rural se transformasse numa ponte econômico-financeira onde de um lado estavam as indústrias produtoras de insumos (fertilizantes, agrotóxicos, hormônios, herbicidas, medicamentos, desfolhantes, máquinas e implementos, etc.) e de outro lado as indústrias (agroindústrias) compradoras, beneficiadoras e ou industrializadoras dessas matérias-primas da agricultura (leite, aves, suínos, tabaco, soja, milho, etc). (CARVALHO, 2009, p.4)

Fica evidenciado a relevância da categoria para os que dela necessitam, pois é dali que tiram seu sustento. Para Alves (2006):

Os programas para agricultura familiar querem fazer crescer o excedente que cada família produz para ser comercializado, como um dos caminhos para aumentar sua renda e bem-estar. Ou seja, admite-se que existe uma solução na agricultura para o problema da pobreza rural. (ALVES, 2006, p. 3)

Com base nessas iniciativas, que estão contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o aumento da produtividade na agricultura familiar, já podemos observar transformações importantes no meio rural. O trabalho em família passa a desempenhar um papel importante nos processos de produção agrícola.

Essas mudanças impulsionaram a eficiência e a produtividade no campo, o que permitiu o cultivo em maior escala e com maior eficácia. Segundo Elias (2006):

[...] os agentes sociais ou econômicos associados à agropecuária que promovem circuitos produtivos com características específicas e produzem diferentes arranjos territoriais, poderíamos citar pelo menos quatro principais. Um primeiro associa-se à agricultura familiar, à agricultura camponesa, não integrada ao agronegócio, que vive da agricultura de subsistência ou da produção simples de mercadorias[...]. (ELIAS, 2006, p.10)

Embora haja programas sociais voltados ao beneficiamento das famílias camponesas, é importante lembrar que muitas lutas ainda são necessárias. Frente a isso Castro (2015) aborda que:

Tais especificidades nos mostram a existência de diferentes capacidades de resistência e adaptação de categorias sociais, frente às condições do campo brasileiro. As formas de resistência da “Agricultura Familiar” trazem consigo respostas à imposição de modelos de desenvolvimento baseados nos valores da Revolução Verde e, como formas de agir e de viver, representam novas perspectivas de desenvolvimento para o rural e para o nacional. (CASTRO,2015, p. 95).

Embora a agricultura familiar seja fundamental para a economia e sobrevivência de milhares de famílias no país, o agronegócio é um forte oponente. Acerca dessa questão Fernandes (2014), diz que:

Conceber o agronegócio como totalidade é uma estratégia do paradigma do capitalismo agrário. Definir todos tão somente como agricultores esconde as diferenças constituídas pelas relações de poder que produzem as desigualdades. Escondem, fundamentalmente, as classes sociais. Os documentos das instituições que defendem essa compreensão citam constantemente que não é possível separar os agricultores em capitalistas e familiares[...]. (FERNANDES, 2014, p.44)

Enquanto que a agricultura familiar se utiliza de práticas sustentáveis e diversificadas, priorizando a vida no campo. A exemplo disso está a agroecologia, enquanto prática e forma de vida da agricultura familiar. “As feiras agroecológicas são o resultado de um amplo processo de organização iniciado na produção agrícola[...]” (SANTOS, 2010, p.16).

A partir disso, é possível dizer que a agricultura familiar promove uma maior segurança alimentar, preservando a sua diversidade cultural das comunidades rurais, e fortalecendo os laços entre as famílias e a terra. A agricultura familiar antes de ser uma categoria social, ela sempre foi uma prática histórica dos produtores de alimentos no Brasil, ou seja do campesinato em toda sua complexidade cultural. Altafin (2007) ressalta que:

A história dos produtores de alimentos no Brasil está ligada à diferente trajetória desses cinco grupos: índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus. Apesar de diferentes, estão ligados sob uma mesma unidade: a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do País desde sua origem. (ALTAFIN, 2007, p.11)

Nesse contexto, está a agricultura familiar ou de subsistência na comunidade de Dois Riachos, uma herança histórica do campesinato no Brasil, uma prática que foi por muito tempo a principal atividade e fonte de renda dessa comunidade. Mesmo que hoje

ela permaneça principalmente entre os mais velhos da comunidade, ela ainda é um saber cultural que se passa de pai para filho, e que se tornou uma segurança para essas famílias, que hoje assumem outros trabalhos, mas que tem na prática da agricultura laços de pertencimento com esse território, o que não os deixam sair do rural para as cidades.

### **3 MEIO RURAL: ENTRE O CAMPESINATO E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO**

Neste capítulo será abordado o meio rural e o campesinato, bem como o sentimento de pertencimento à comunidade de Dois Riachos. “A agricultura camponesa, por ser tradicional, se torna uma forma social de agricultura familiar, pois se forma nos moldes da relação entre propriedade, trabalho e família” (WANDERLEY, 1996, p.3). A prática da agricultura é algo comum, mas que tem muitas nuances, como por exemplo as multiterritorialidades que envolvem o território.

Ao pronunciar a palavra multiterritorialidade, já associamos a territórios, e possivelmente a tudo que possa vir acontecer em comunidade. Haesbaert (2004) pontua que o território tem a ver com poder, não apenas o poder político, que ele chama de tradicional, mas algo mais concreto, que tenha um sentido ligado à dominação, de uma maneira simbólica, algo que remete à apropriação. Para tanto a,

Multiterritorialidade inclui assim uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor (ou pelo menos das classes mais privilegiadas) – mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios. (HAESBAERT, 2004, p.13).

Dessa forma, comunidades rurais como a de Dois Riachos assumem múltiplas territorialidades, influenciadas não só pelas práticas em comunidade, mas também pelas territorialidades vividas em outros territórios como a cidade. São sujeitos que vivem no campo, mas que assumem diferentes tarefas no seu dia a dia que são vivenciadas fora da comunidade, mas que se expressam também em seu território, não enquanto prática, mas como forma de vida.

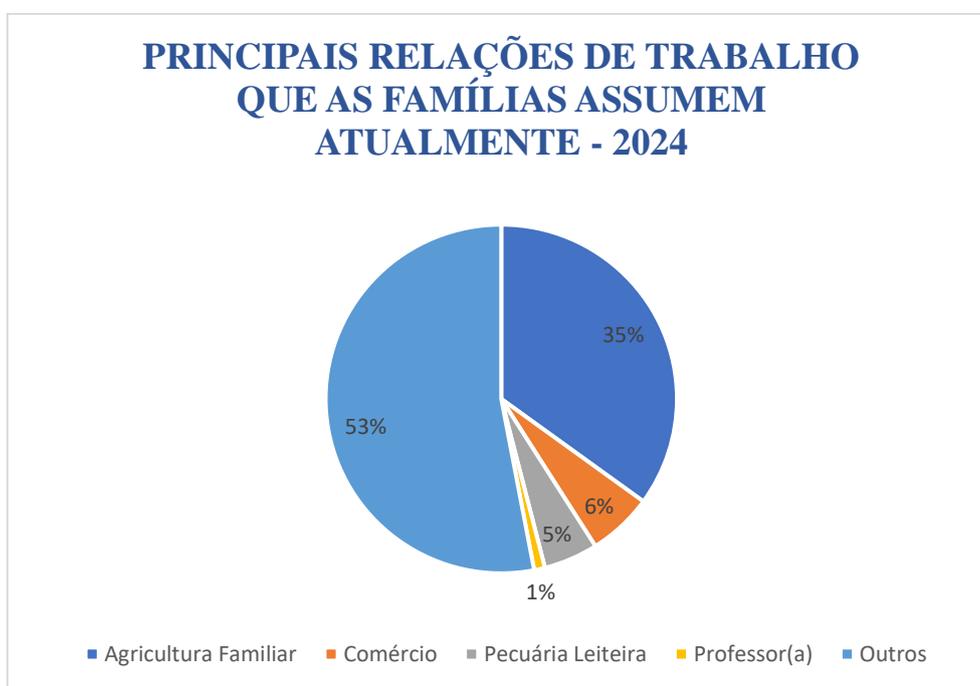
#### **3.1 DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES E DE RELAÇÕES DE TRABALHO DO CAMPESINATO**

Assim como vimos o que tem acontecido na Comunidade Rural de Dois Riachos, a atuação parcial da agricultura como atividade e fonte de renda principal das famílias camponesas, e a conseqüente diversificação de atividades assumidas por elas, vêm

alterando a forma que essas comunidades influenciam os diferentes setores da economia, como na prestação de serviços e comércio.

No gráfico 4 são apresentadas as principais relações de trabalhos praticadas pelos moradores, a agricultura com 35%, o comércio da comunidade que abrange os mercadinhos, oficinas e vendas de confecções 6%, a pecuária leiteira com 5%, onde é praticada por pequenos produtores, 1% por professores. Os demais 53% abrangem diversas categorias, como serviços domésticos, auxiliares de serviços, motoristas, técnicos de enfermagem e etc.

Gráfico 4: Principais relações de trabalho que as famílias assumem atualmente - 2024.



Fonte: Pesquisa de campo. Org, DE SÁ (2024).

Essas transformações sociais vividas por distintas comunidades rurais em todo o Brasil, pois essa não é uma realidade exclusiva de Dois Riachos, vem alterando regiões que antes era predominantemente agrícolas em áreas rurais compostas por famílias que assumem múltiplas atividades, que se deslocam todos os dias para cidades vizinhas, seja para estudar, seja para trabalhar, justamente para se manter enquanto camponês. Ter sua terra, manter sua família e viver no campo, no espaço rural.

São essas nuances que estamos analisando a partir da experiência em Dois Riachos: quais são essas outras atividades assumidas por essas famílias? Como ela vem alterando a conformação do território camponês hoje? mas também, buscar entender quais

os elementos que fazem com que essas famílias permaneçam no campo? Quais são os laços de pertencimento que essas famílias possuem com esse território?

Este cenário, onde o território rural não tem mais a agricultura como a principal fonte de renda das famílias, , onde há uma grande disseminação de tecnologias que rompem fronteiras antes existente entre os espaços urbanos e rurais, vem alterando as relações de trabalho assumidas por essas famílias que vivem no campo, principalmente mediante a gama de serviços que vem surgindo que podem assumidos à distância, mediante o acesso a internet, por exemplo. “As definições clássicas do conceito de rural partem de uma enumeração de vários aspectos da realidade que seriam indicadores da situação do local estudado” (SIQUEIRA, 2001, p.73). Siqueira ainda acrescenta que:

A esta atividade econômica estão vinculados todos os outros traços que caracterizariam o rural, como a diferença ambiental, já que no rural o contato com a natureza é direto e constante, e a própria atividade econômica que lhe é peculiar é realizada ao ar livre. O meio rural seria também mais arreado à técnica, nas atividades rurais lida-se com organismos vivos e com as forças da natureza, que não podem ser inteiramente controlados. (SIQUEIRA, 2001, p.73)

Tudo isso nos leva a problematizar as transformações sofridas pelo campesinato hoje no Brasil, mas também a refletir sobre a resistência e a permanência no campo, que só se explica a partir que se entende a resistência e a recriação do campesinato. A resistência dessa classe social não capitalista no campo, em uma sociedade capitalista, que se mantém viva mediante suas relações culturais e afetivas com o rural. Segundo Shanin (2008):

[...]as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Em alguns lugares, há comunidades de camponeses que hoje vivem principalmente do turismo. (SHANIN, 2008, p. 24 -25)

Para se falar de campesinato brasileiro, é preciso antes compreender que a atividade agrícola no país manteve suas características mesmo depois do fim do período colonial. Isso inclui a predominância de grandes propriedades dedicadas à monocultura e a utilização de mão de obra escrava por muito tempo.

Evidentemente, é preciso considerar, antes de tudo, que o “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu

quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse. (WANDERLEY, 1996, p.8)

É só apenas compreendendo essa complexidade do território do campesinato no Brasil, que construiremos uma concepção de territorialização desses espaços e a valorização cultural e social desses indivíduos. O campesinato brasileiro até hoje passa por lutas e disputas, principalmente no meio político. Para Wanderley (2009, p.13):

No Brasil, como na maioria dos países, a “teimosia” dos camponeses em continuar existindo, quando se esperava que o capitalismo eliminasse esta “classe de bárbaros”, levou os pesquisadores a se questionar sobre a natureza econômica e social do campesinato, tal como se reproduz nos diversos contextos atuais das sociedades modernas.

No Brasil o campesinato ainda resiste a um amplo debate e disputas, segundo Wanderley (2015):

A compreensão do que seja um campesinato no Brasil continua a ser objeto de um amplo debate e de acirradas disputas políticas, que envolve, entre outros, pesquisadores acadêmicos, formuladores de política e os distintos movimentos sociais. Está em questão o lugar social destes agricultores, que se expressa por meio do significado que se atribui às categorias “campesinato”, “agricultura familiar” e “agronegócio”. (WANDERLEY, 2014, p. 30):

Sendo assim, é preciso compreender quem são esses diferentes sujeitos que vivem e ocupam os territórios rurais no Brasil. O homem que vive no campo deixa de ser camponês ao assumir outras relações de trabalho que não a agricultura? e quando a agricultura familiar não é a principal atividade assumida pela família que vive no campo?

Do outro lado, e em disputa territorial com o camponês e com o agricultor familiar, está o agronegócio, que se caracteriza pela concentração de terras, grande produção de *commodities*, industrialização e produção para exportação. Sendo assim, para alguns o agronegócio representa uma ameaça não apenas ao campesinato, mas também para a agricultura familiar, em razão ao alto aglomerado de terras em mãos de empresas, além da influência política que favorece esse modelo. De acordo com Elias (2006):

Tudo isto leva à multiplicação dos espaços da produção e das trocas agrícolas globalizadas, e induz os espaços agrícolas a inúmeras transformações, os quais

se mostram extremamente suscetíveis de aceitação do capital do agronegócio. Isto se deve, em parte, ao fato de possuírem pequena quantidade de pedaços de tempo materializados, o que permite imediata difusão do capital novo e possibilidade de responder mais rapidamente aos interesses das empresas hegemônicas dos setores agropecuário e agroindustrial. (ELIAS, 2006, p.3)

Os que vivem no campo, e mesmo diante de tantas disputas e dificuldades, são verdadeiros sobreviventes, pois conseguem reproduzir seu modo de vida. “[...] o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas” (SHANIN, 2008, p.25).

A complexidade das respostas do homem que vive no campo diante das adversidades revela a variedade de condições e meios disponíveis em distintas áreas camponesas. Cada crise apresenta peculiaridades que demandam estratégias ajustadas e maleáveis. As famílias camponesas não apenas se ajustam às transformações do ambiente, da economia e da sociedade, como também se valem dos recursos locais e saberes tradicionais para buscar soluções viáveis e duradouras para os obstáculos que surgem.

Dessa forma, as famílias da comunidade de Dois Riachos, podem estar assumindo essas outras relações de trabalho em meio a essa crise do sistema capitalista, que não investe no pequeno produtor, que não investe no agricultor familiar, justamente para se manter enquanto camponês. Para manter a sua casa no sítio, o seu pedaço de terra, manter saberes que se passa de pai para filho para que se for preciso um dia eles possam voltar a serem agricultores, mas sob melhores condições. Júnior (2006), diz que:

De forma orquestrada estão sendo destruídas as culturas tradicionais, as comunidades camponesas, os empregos, os vínculos formais de trabalho, e ameaçadas as diferentes experiências organizativas que se efetivam no dia-a-dia das lutas. (JÚNIOR, 2006, p. 145)

A habilidade de lidar com situações difíceis de forma flexível e inovadora ressalta a relevância de valorizar e respeitar os saberes locais e as tradições das comunidades rurais. Em vez de impor ideias distintas ou modelos convencionais, é fundamental ajudar e fortalecer as habilidades das comunidades rurais para que possam superar os obstáculos de forma sustentável e independente. Com isto, a reação dos agricultores diante das crises é variada e em constante mudança, demonstrando a amplitude da vivência humana e a

variedade de estratégias que podem ser adotadas para fomentar a capacidade de adaptação e a continuidade nas áreas rurais.

A economia familiar apresenta seus próprios padrões, sua própria organização e sua própria importância fundamental inegável. Dessa forma, em circunstâncias específicas, a economia rural mostra-se mais eficaz do que outras economias que não possuem esse caráter. Em diversas situações, a economia rural se mostra extremamente eficiente e até mesmo mais vantajosa do que outros modelos econômicos que não têm essa característica. Para (SHANIN, 2008, p.27):

Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa.

O trabalho realizado dentro da família consiste na colaboração direta dos parentes na organização e execução das tarefas econômicas, ao contrário do trabalho remunerado. Além disso, existem razões para que o trabalho familiar seja mais eficaz ao resolver problemas específicos, como (Saberes e competências regionais, Maleabilidade e versatilidade, Economia com despesas operacionais e União familiar e ajuda mútua).

De acordo com as abordagens estabelecidas por Camacho (2014), é importante destacar que, embora percebamos a dinâmica do crescimento capitalista como contraditória, resultando na criação de relações não capitalistas para sustentar sua continuidade, isso não abarca todas as interações presentes no sistema de reprodução das comunidades rurais. O avanço do capitalismo muitas vezes se apoia na exploração de recursos naturais e humanos, o que resulta na alteração das relações sociais e econômicas visando o lucro. Apesar disso, em meio a essa realidade, as comunidades rurais frequentemente preservam estruturas de organização e atividades econômicas que não seguem completamente o padrão capitalista. Entretanto,

Entendemos que os sujeitos não estão condenados a ficarem passivamente subdimensionados as estruturas sociais. Neste sentido, é necessário entender o campesinato enquanto classe revolucionária, pois resiste a fim de reproduzir-se materialmente e culturalmente. (CAMACHO, 2014, p.177).

Ao enxergarmos os camponeses como uma classe potencialmente transformadora, estamos valorizando a batalha constante deles não só pela sobrevivência física, mas

também pela proteção de sua cultura e tradições. Inúmeras vezes, os trabalhadores rurais enfrentam dificuldades consideráveis, como expulsão de suas terras, perda de recursos e exclusão dos processos políticos e econômicos. Apesar disso, ao invés de se renderem diante das estruturas de poder vigentes, muitos camponeses resistem ativamente a essas pressões, reivindicando seus direitos à terra, e a sua autonomia.

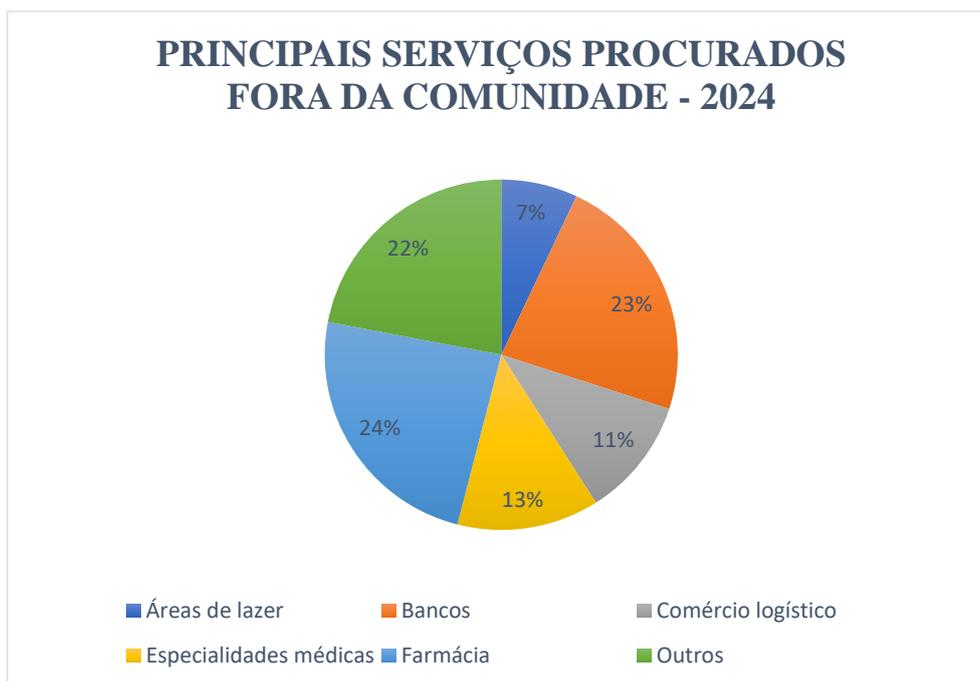
### 3.2 VÍNCULOS E AFETOS: O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO A COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS

Com a pesquisa na Comunidade de Dois Riachos buscamos nos aproximar desse sentimento de pertencimento que as famílias preservam em relação a esse território ao permanecerem na comunidade, mesmo não tendo mais a agricultura como sua principal atividade e fonte de renda. Vimos que o território camponês é multifacetado, possuindo assim uma multiterritorialidade que é composta pelas múltiplas dimensões que esse sujeito assume em sociedade para se manter enquanto camponês em uma sociedade capitalista.

Sendo assim, buscamos compreender essas territorialidades analisando os fatores que fazem com que essas famílias da comunidade de Dois Riachos se sintam parte deste território. A primeira questão colocada foi o que as faziam se sentir pertencentes a esta comunidade, para esta questão a maioria das respostas se assemelha a da entrevista abaixo. Ao ser questionado, um morador respondeu o seguinte “Minha família e amigos, memórias e raízes que consolidaram o que sou hoje” (ENTREVISTA DE CAMPO, MORADOR 1, 2024).

Entretanto, com o propósito de saber os elementos que compõem essa sensação de paz e essa proximidade com os familiares nesta comunidade, em questionário realizamos um levantamento, por exemplo, dos serviços que ainda eram buscados fora da comunidade, mediante a estrutura que a comunidade possui como já descrito. É possível observar esses serviços no gráfico 5.

Gráfico 5: Principais serviços procurados fora da comunidade - 2024.

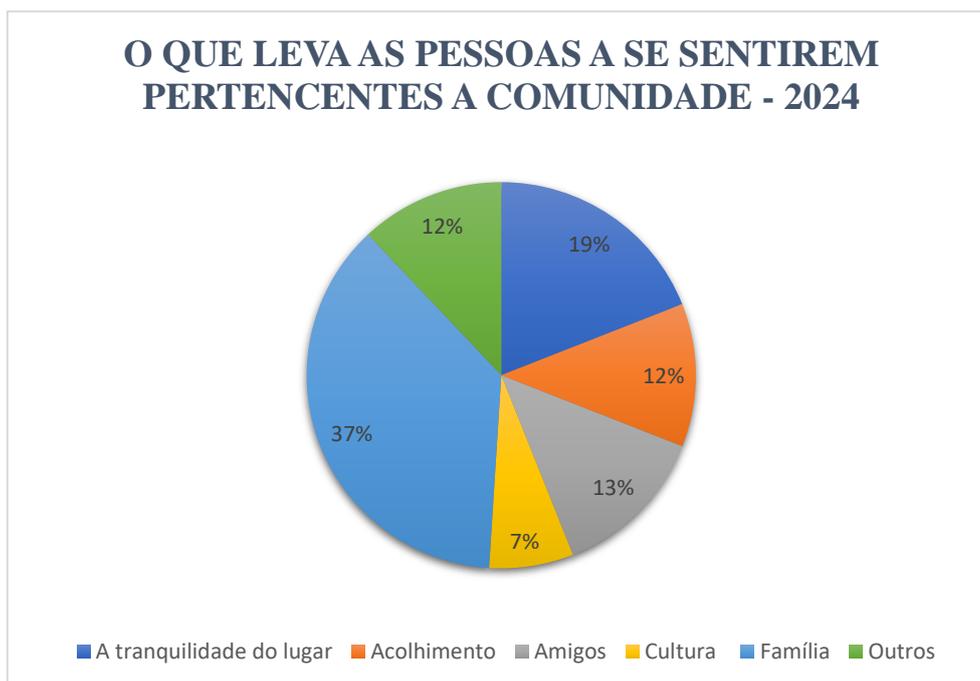


Fonte: Pesquisa de campo. Org. DE SÁ, 2024.

De acordo com os dados do gráfico, é possível perceber que serviços ligados à saúde são bem procurados, como o caso de farmácias e especialidades médicas. Os serviços bancários também foram um dos mais citados. No comércio logístico foram citadas lojas de eletrodomésticos e lojas de roupas e calçados. A busca por espaços de lazer foi um ponto citado, pois algumas pessoas preferem ir para lugares que tenham um maior conforto no seu momento de lazer.

Então, sabendo que a comunidade conta com uma boa estrutura fazendo com que poucos sejam ainda os serviços buscados fora da comunidade foi indagado a respeito do que as faziam se sentirem pertencentes à comunidade. A partir da análise do gráfico 6 podemos observar os pontos mais citados. Nos reafirmando o vínculo familiar que os camponeses são capazes de construir em comunidade.

Gráfico 6: O que faz as pessoas se sentirem pertencentes a comunidade – 2024.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. DE SÁ, 2024.

Além da família e da tranquilidade do lugar, que também foi um dos elementos mais citados pelos entrevistados, foram levantados outros pontos como o acolhimento proporcionado pela comunidade, os amigos e a cultura. É possível perceber que algumas falas exprimem um sentimento emocional ao falar da comunidade, do bem estar ao fazer parte do referido território, como demonstrado nas falas.

*Por se tratar de uma comunidade pequena e desde criança pertencer a comunidade de Dois Riachos, o que me faz se sentir acolhida nessa comunidade são os vizinhos, amigos, sempre que precisar tenho a certeza de poder contar com eles. (PESQUISA DE CAMPO, MORADOR 2, 2024)*

*A cultura, pois para mim é algo marcante e está presente em toda a comunidade, sendo resgatada por gerações na minha família. (PESQUISA DE CAMPO, MORADOR 3, 2024)*

*A paz que temos aqui é muito grande, estamos sempre rodeados de amigos, isso não tem dinheiro que pague. (PESQUISA DE CAMPO, MORADOR 4, 2024)*

*Família, amigos, lembranças e histórias, mas acima de tudo as raízes da família, um sentimento de que você realmente faz parte daquele lugar. (PESQUISA DE CAMPO, MORADOR 5, 2024)*

É explícito o quanto essas pessoas são realizadas com a vida simples que levam na comunidade, o sentimento que trazem nas suas falas, a felicidade de poderem viver em locais onde um dia pertenceu a familiares e poder repassar isso às gerações futuras. Mas, não podemos deixar de enfatizar que em alguns momentos muitos já deixaram a comunidade por falta de mercado de trabalho, o que já é comum em cidades pequenas, a priori no campo.

Factualmente a comunidade atribuiu uma relação indispensável na construção do pertencimento das pessoas. Pois é onde os sujeitos têm a oportunidade de dividirem experiências, construir relações e se apoiarem diariamente. Muito embora com a expansão da globalização as comunidades tenham perdido um pouco de suas origens, ainda é possível identificar grupos que tem um afeto pela comunidade, seja por meio da família, religião, amigos, ou até mesmo no próprio acolhimento citado por muitos.

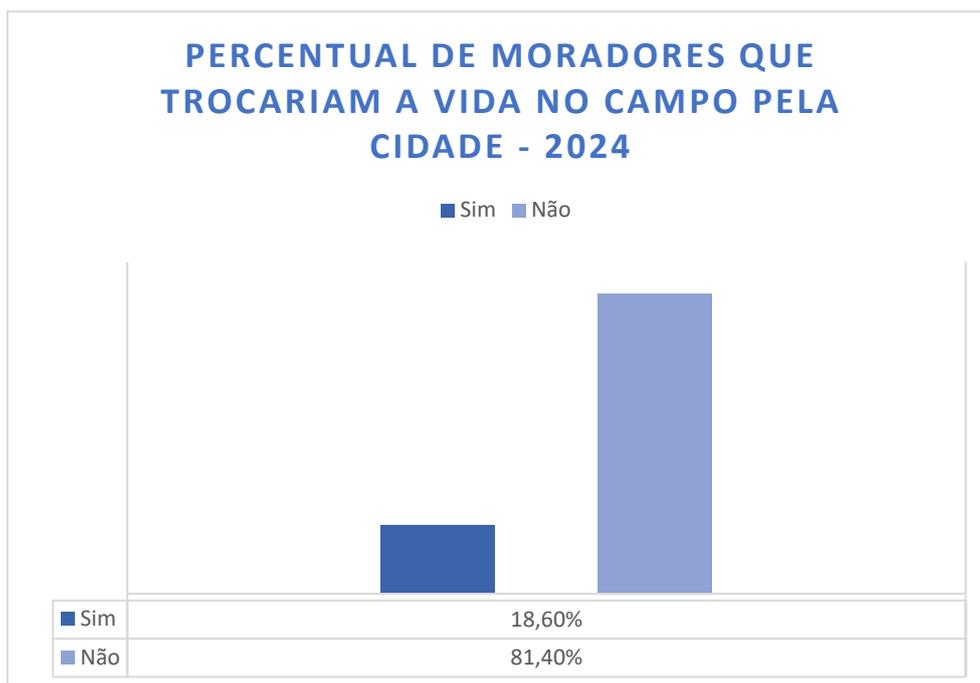
Com relação ao pertencimento, segundo Alves (2004, apud SILVA 2015, p.181):

[..]a permanência dos produtores familiares no meio rural se dá por meio das relações de sociabilidade decorrentes do trabalho acessório e das formas de ajuda mútua, dos encontros e das festas religiosas, das relações de parentesco e de vizinhança, do acesso à terra pela propriedade ou não, do apego e sentimento de pertencimento ao lugar, bem como pela perspectiva dos filhos darem continuidade a este modo de vida”.

Embora algumas dessas relações sociais em comunidades pequenas no interior do país tenham se perdido com o avanço da globalização e o crescimento do capitalismo, os jovens entrevistados na comunidade de Dois Riachos com faixa etária de 15 anos acima, também se sentem pertencentes ao rural, e alegam que um dos únicos motivos que faria se mudar da comunidade seria por questões de trabalho. Veja uma fala de um dos jovens entrevistados “Maiores oportunidades de trabalho, visto que aqui na comunidade as oportunidades não são suficientes para todos” (ENTREVISTA DE CAMPO, MORADOR 6, 2024).

De forma geral perguntamos aos entrevistados se trocariam a vida no campo pela cidade, e mais de 80% respondeu que não, como é possível visualizarmos no gráfico 7.

Gráfico 7: Percentual e moradores que trocariam a vida no campo pela cidade - 2024.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. DE SÁ, 2024.

O gráfico demonstra claramente como os moradores se sentem pertencentes a comunidade, pois, mais de 80% diz que não trocaria a vida no campo pela vida urbana. Isso é reflexo das condições favoráveis para se viver na comunidade, mas também a esses laços de pertencimento a família e a troca em comunidade. Os 18% que disseram que trocariam a vida no campo para morar na cidade, alegam que fariam isso por melhores condições de vida, a exemplo de salários mais altos, e a procura por emprego.

Evidentemente um dos fatores que levaria esses jovens a trocar a vida no campo pela cidade, é o crescimento da industrialização. O que vai se modificando a forma de vida das pessoas no campo. De acordo com Fukui (1973), os efeitos da industrialização e da urbanização intensas em certas regiões do país provocam uma transformação irreversível no gênero de vida do sítante tradicional brasileiro.

A industrialização e a urbanização intensa ocasionaram impactos na vida de muitos, com isso trabalhadores se sentem atraídos para as áreas urbanas em busca de oportunidades. Embora as atividades agrícolas sejam repassadas às gerações, e devido à grande relevância que a sociedade constrói em torno da urbanização e da industrialização

de que quanto mais modernos, melhores serão, muitos jovens escolhem trabalhar no setor urbano.

Visto por outros setores, a industrialização e a crescente urbanização ainda podem acarretar uma série de impactos no meio social e cultural, pois as tradições podem se perder ou se modificar conforme forem se integrando aos ambientes urbanos. Em linhas gerais, a industrialização e a urbanização demasiadas, trazem impactos ao modo de vida rural, vindo a ocasionar mudanças no seu modo de vida.

É evidente que a industrialização afeta diretamente a forma de continuar no campo, mas outro fator bem relevante são as oportunidades de jovens situantes poderem estudar. Com um mercado de trabalho diversificado, os jovens situantes que desejam seguir outras profissões que não sejam no meio agrícola, buscam as cidades. Destaca Ferrari,

O exercício da atividade agrícola no passado não estava associado à necessidade de estudar. Claro que isto estava ligado à perspectiva profissional dos jovens, que na sua esmagadora maioria era a de permanecer no meio rural. Assim, o conhecimento adquirido formalmente na escola até a 4ª série do ensino fundamental, somado ao herdado da família no desempenho cotidiano das atividades da propriedade, formava o padrão de conhecimento considerado suficiente para o exercício da atividade agrícola. (FERRARI, 2004, p. 251)

Deste modo, é evidente que no passado não era necessário se ter educação formal para as atividades agrícolas, principalmente no campo, onde as pessoas almejam permanecer no campo tendo a agricultura como a principal fonte de renda. Os jovens cresciam em meio as famílias agrícolas e desenvolviam os conhecimentos necessários para a prática da agricultura e também para repassar os conhecimentos às gerações futuras. Esse conhecimento era prático, funcional e considerado o necessário para as atividades agrícolas.

A educação formal que seguia além da 4ª série, por muitos não era vista como essencial para desempenhar o trabalho agrícola. Pois o foco era que se tivesse habilidades para cuidar da terra. Entretanto com os avanços tecnológicos no meio agrícola e nas formas de se produzir, houve uma maior necessidade em buscar uma educação formal e a busca por conhecimentos necessários para o meio agrícola. Para Wanderley (1996, p. 4):

Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação

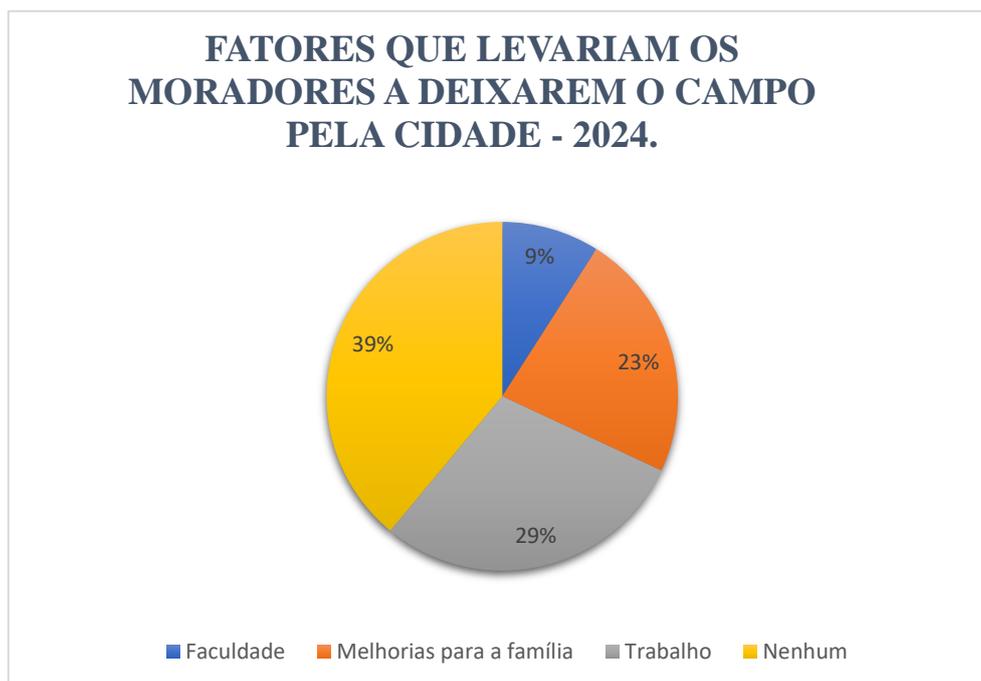
camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc. São fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações.

Neste sentido, as famílias que vivem no campo têm relações que vão além de estratégias para sobreviver, tudo é pensado nas futuras gerações. No geral a pretensão é de garantir recursos para a continuidade da mesma nas gerações futuras. Embora as famílias do campo sejam uma parte significativa na continuação da agricultura, a modernidade exige que se busque conhecimentos, principalmente em meios tecnológicos. Dessa forma, embora as antigas tradições estivessem voltadas a repassar conhecimento práticos, atualmente as mudanças no setor elevaram a educação para se ter profissionais capacitados.

Tendo em vista todos os processos citados, e com a finalidade em sabermos se os moradores da comunidade pesquisada tem o desejo de mudar a vida no meio rural pelo meio urbano, durante as entrevistas foram realizadas perguntas aos moradores da comunidade a respeito de que fatores os levariam a trocarem a vida no campo pela cidade.

No gráfico 8 é possível observar os pontos mais citados como fatores que levariam a essa mudança do campo a cidade, e são na maioria dos casos questões relacionadas a melhorias ou trabalho, pois são fatores base para sobrevivência, e em alguns casos são mais levados em consideração na tomada de decisões.

Gráfico 8: Fatores que levariam os moradores a deixarem o campo pela cidade - 2024



Fonte: Pesquisa de Campo. Org. DE SÁ, 2024.

Levando em consideração as respostas obtidas, também foram abordadas indagações sobre a necessidade de se estudar, durante as entrevistas 15 % respondeu que trocariam a vida no campo pela cidade para poderem fazer faculdade, vale salientar que estes são jovens entre 15 e 30 anos. Seguindo com as perguntas, 23% citaram que sairiam apenas se necessário para buscar melhores condições de vida, mas não destacaram especificamente.

Um ponto bastante marcante a ser refletido foi a questão do trabalho, onde 29% disse que trocaria a vida no campo pela cidade se fosse para trabalhar, o que faz todo sentido, levando em conta que muitos já têm formação, mas não atuam por falta de mercado de trabalho na comunidade. O que chamou atenção foram os 33% que disseram claramente que nenhum fator os faria trocar a vida na comunidade pela cidade, estes argumentaram que já tem tudo que necessitam, casa, comida, família, trabalho. Sendo assim, não pretendem mudar por nada.

Portanto, é possível perceber o quanto a comunidade é importante para seus moradores, que mesmo diante de dificuldades, resistem em viver nela, o apego pelas raízes, o amor em viver no campo é simplesmente muito bonito, gerando assim esse sentimento de pertencimento onde estão inseridos, não pretendendo mudar.

No geral, o sentimento de pertencimento que se tem por parte dos moradores da Comunidade de Dois Riachos é gerado por uma série de princípios como a conexão com a terra, as tradições culturais, o estilo de vida, a tranquilidade e a identidade pessoal. Esses princípios norteiam esse sentimento de pertencimento gerando uma conexão muito forte com os moradores e o lugar que chamam de lar.

### 3.3 ESTRUTURAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS QUE AFETAM O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E AFETIVIDADE NA COMUNIDADE DE DOIS RIACHOS

Anteriormente, falamos brevemente sobre o contexto histórico do campesinato brasileiro, bem como a identidade cultural do meio rural. Por fim, foi apresentada a condensação dos resultados da pesquisa de campo realizada na Comunidade de Dois Riachos, onde foram expostas por meio de gráficos, questões relacionadas ao pertencimento que os moradores têm pela comunidade.

Agora buscamos destacar estruturas físicas, mas que também são simbólicas, e que levam as pessoas da comunidade a terem esse sentimento de pertencimento, gerando assim, certa afetividade pelo território em que estão inseridas. Durante a pesquisa e em meio às conversas, três estruturas foram citadas com maior frequência pelos entrevistados, o que se julga serem as estruturas mais significativas para a comunidade. Desta maneira, cada um deste representa momentos importantes na história da comunidade. São eles: a Igreja de São José, a Escola Quitéria Lunguinho de Sousa e a Antiga Associação Comunitária.

Adicionalmente, a ligação comunitária em áreas rurais frequentemente está intimamente associada ao entorno natural. A conexão com o solo, a beleza natural e os elementos naturais ajudam a construir uma identidade coletiva e um senso de ligação com a região. Por meio das práticas agrícolas e da pecuária. Entretanto, é imprescindível ressaltar que a comunidade também precisa lidar com obstáculos, como a saída dos jovens para a cidade, o aumento da idade média da população e a carência de infraestrutura e serviços.

Diante disso, fortalecer o senso de pertencimento e as relações afetivas pode se tornar uma estratégia crucial para enfrentar tais desafios, estimulando a colaboração, a criatividade e a capacidade de superação da comunidade. No geral, a ligação e o carinho

têm um papel importante na comunidade, oferecendo uma sensação de pertencimento, laços e ajuda recíproca que são fundamentais para a continuidade e a qualidade de vida dessas comunidades ao longo dos anos, como pode ser visto nas falas dos entrevistados.

*É uma comunidade tranquila, mas que vem se desenvolvendo bastante nos últimos anos na área da saúde e educação. Acredito que nós estudantes não temos muito do que reclamar comparado as dificuldades que já houveram um dia principalmente para os universitários. (PESQUISA DE CAMPO, MORADOR 7, 2024).*

*O que descreve a minha sobrevivência na comunidade de Dois Riachos é o sossego, o privilégio de viver em meio a natureza. (PESQUISA DE CAMPO, MORADOR 8, 2024).*

*É ser feliz se identificando no seu lugar de morada. Viver nessa comunidade me traz satisfação pessoal, familiar e profissional. Pessoal por ser feliz num lugar tão simples, familiar por morar e conviver todos os dias com minha família, e profissional por hoje exercer minha vida profissional na minha comunidade. A zona rural é mais tranquila, é sinônimo de paz, apesar de sabermos que a violência e situações de perigo também têm chegado à zona rural. (PESQUISA DE CAMPO, MORADOR 9, 2024).*

*A vivência na comunidade é tranquila, apesar de não ser uma comunidade grande, ela dispõe de muitos serviços, que atualmente facilita bastante a vida dos moradores. (PESQUISA DE CAMPO, MORADOR 10, 2024).*

*Muito bom, tenho minha casa, tenho assistência médica, e sou muito feliz aqui. (PESQUISA DE CAMPO, MORADOR 11, 2024).*

Acerca dessas questões se criam relações em meio às territorialidades ali presentes, e que segundo Alves (1999):

*A comunidade, enquanto espaços de solidariedade, pressupõem a territorialidade de um tipo de relação interpessoal nos espaços de vida, com inúmeros desdobramentos na vida social, que de modo geral costumam ser apresentados como dimensões da cultura local. (ALVES, 1999, p. 6)*

Sendo assim, as relações sociais dentro de um grupo são influenciadas pelo ambiente físico e geográfico onde ocorrem. A territorialidade vai além do espaço físico, envolvendo também as conexões sociais e culturais que se estabelecem nesse ambiente. Quando indivíduos habitam o mesmo território e vivem em comunidade, surgem possibilidades de estreitar laços sociais e de criar vínculos de solidariedade únicos. Essa colaboração pode se expressar de diversas formas, seja através da ajuda mútua em situações de emergência ou na celebração de costumes e princípios em comum.

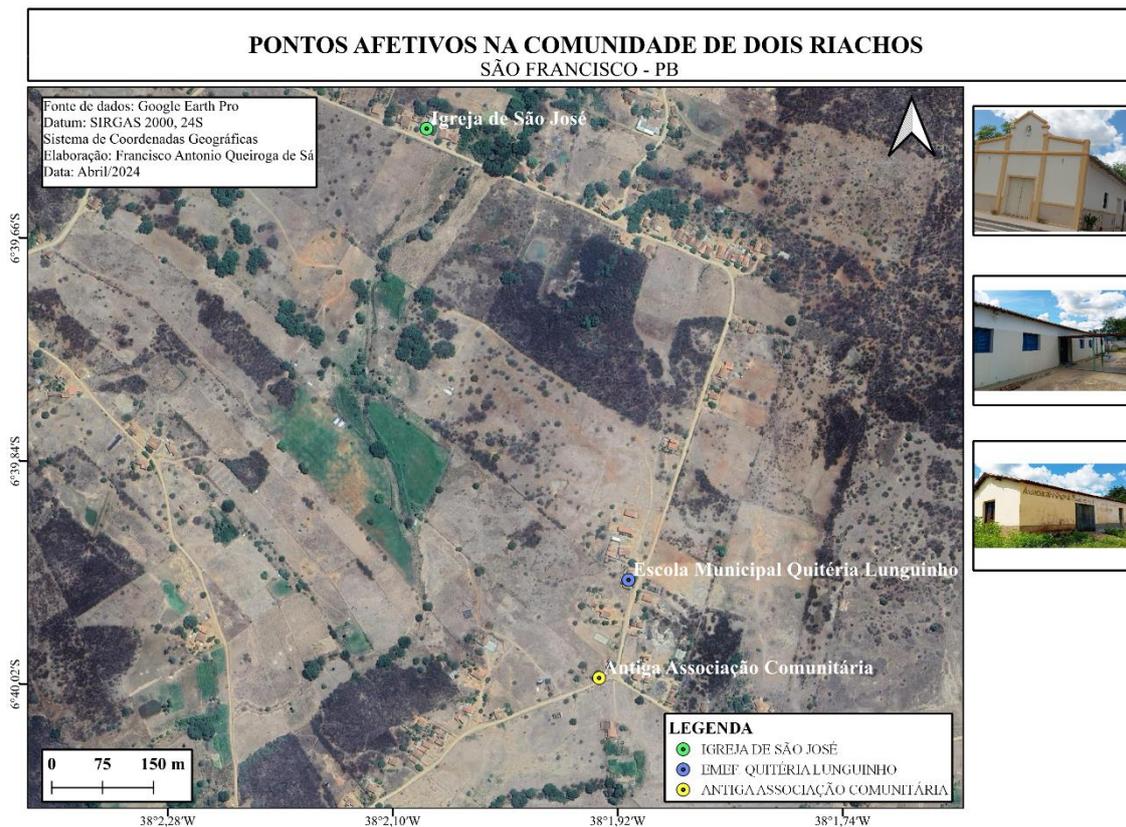
As ramificações dessa delimitação de territórios nas interações sociais podem ser amplas e variadas. Por exemplo, a proximidade espacial pode favorecer a cooperação em iniciativas comunitárias, fomentar um sentimento de pertencimento coletivo e intensificar os laços entre os integrantes da comunidade. Ademais, a delimitação de territórios pode afetar a distribuição de recursos, a estrutura política e até mesmo a percepção das pessoas em relação ao ambiente que as circunda.

As expansões geográficas da comunidade são comumente descritas como expressões da cultura do local, visto que demonstram as atividades sociais, convicções e princípios partilhados por um grupo específico de pessoas. Dessa forma, a territorialidade não apenas influencia os relacionamentos sociais dentro de uma comunidade, mas também auxilia na formação da identidade cultural e no fortalecimento dos laços sociais dentro dela.

Tendo em vista uma abordagem mais clara de como trazer os pontos citados na pesquisa de campo para o texto, foi elaborada um mapa, tornando possível a visualização dos pontos dentro da comunidade, vale lembrar que dois desses hoje em dia se encontram sem uso, que são a Escola e a Associação Comunitária. A Escola funcionou até dezembro de 2023, e encerrou as atividades pois foi construída uma nova escola na comunidade. Já a associação parou suas atividades há mais de 5 anos. A igreja é o mais simbólico dos três, pois é um lugar sagrado e muito significativo da vida de fiéis que a frequentam.

A carta imagem foi elaborada a partir da coleta de dados na plataforma Google Earth, e em seguida construída no QGIS, visando demonstrar a localização de cada um dos pontos dentro da comunidade.

Mapa 3: Pontos afetivos na comunidade de Dois Riachos.



Fonte: Elaborado por DE SÁ, 2024.

Os pontos citados no mapa 3 foram destacados a partir de descrições dos moradores durante as entrevistas.

A Igreja de São José, que segundo eles por se tratar de um lugar sagrado, onde fazem suas orações e um lugar onde é possível encontrar familiares e amigos.

A Escola Quitéria Lunguinho foi apontada como um lugar onde a maior parte dos moradores da comunidade foi alfabetizada, e onde as crianças das famílias gostavam muito de estar.

A Associação Comunitária, pelos serviços prestados, foi um ponto de encontro durante muito tempo para discutir questões ligadas à agricultura na comunidade e onde era possível levar o milho e o arroz para o preparo dos grãos para o consumo humano.

Ao abordar a afetividade se torna essencial destacar as funções que o território passa a desempenhar para os que nele habitam. Saquet e Spósito (2009), apud Dutta (2020, p.66), “entendem ‘territorialidade’ como a qualidade que o território ganha de acordo com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano”. De acordo com Dutta(2020):

Entretanto, enquanto se prestam a tal entendimento integrado das dimensões culturais e materiais, as práticas culturais de territorialização têm na sua maioria sido conceituadas em termos linguísticos e iconográficos – consoante com a maior parte da teoria sócio-cultural informada pelo estruturalismo, pós-estruturalismo e interacionismo simbólico. (HUTTA, 2020, p.67).

Compreender a "territorialidade" como a característica que o território adquire de acordo com sua utilização ou entendimento pelo ser humano implica em reconhecer a relação em constante movimento entre o espaço físico e as ações humanas. Esse conceito indica que o significado de um território não é fixo, mas sim determinado pela maneira como é utilizado, habitado e interpretado pelas pessoas.

Dentro de uma comunidade, um local pode adquirir importância devido às suas tradições culturais, impactos econômicos ou interações sociais. Essa ligação entre as pessoas e o espaço físico pode promover um sentimento de pertencimento e autenticidade, reforçando os vínculos entre os moradores e a região.

Para Hutta (2020, p.68) “o afetivo é comumente mencionado juntamente com o simbólico; e é a noção do simbólico, mais do que do afetivo”. “A associação das dimensões simbólica e afetiva é particularmente evidente nas vertentes idealistas e humanistas da geografia. Aqui, o simbólico e o afetivo são vistos como dois aspectos relacionados à prática humana de imbuir o espaço com valores” (Hutta, 2020, p.69). Nesse contexto, o simbólico e o afetivo são considerados como elementos interligados à ação do ser humano de atribuir significados ao ambiente. Assim,

A relação afetiva de ‘cordialidade’ é compreendida aqui como um ‘valor’ da sociedade que está baseado num mito fundante. É através dessa epistemologia de valores que a afetividade, ainda que tratada explicitamente na abordagem humanista, está subordinada ao simbólico: a valorização ‘topofílica’ da vida rural ou a cordialidade são entendidos como aspectos afetivos de um processo maior de valorização que é principalmente simbólico e leva às representações culturais de paisagens e território nacionais. O afeto assim simultaneamente está e não está lá: ele constitui a topofilia, mas, ainda assim, é encoberto pela expressão linguística e dissolvido em ‘valor’. (HUTTA 2020, p.69).

Dentro desse cenário, a cordialidade é considerada como um princípio social que se origina em uma história fundacional, ou seja, em uma narrativa ou conceito central que sustenta a identidade de uma comunidade. Essa cordialidade não é apenas vista como uma expressão de carinho entre indivíduos, mas também como um símbolo que representa

uma valorização mais abrangente, frequentemente associada a representações culturais de paisagens e territórios nacionais.

A teoria do conhecimento dos valores mencionada neste contexto propõe que os sentimentos, mesmo que sejam discutidos de forma explícita em uma visão humanista, são subjugados pelo simbólico. Isso quer dizer que, apesar de ser fundamental na vida das pessoas, as emoções muitas vezes são veladas pela linguagem e diluídas em ideias abstratas de importância.

Por exemplo, a apreciação "afetiva" da vida no campo ou a cordialidade podem ser interpretadas como manifestações desse processo simbólico mais abrangente de atribuição de sentido aos locais e aos laços sociais. Entretanto, essa valorização simbólica pode mascarar a real essência do sentimento subjacente, tornando-o algo mais distante e abstrato. Deste modo, enquanto o carinho é visto como a topofilia, ou seja, a paixão pelo local, também pode ser obscurecido pela valorização excessiva dos aspectos culturais e simbólicos relacionados a ele. Isso destaca a presente teia de interações entre afeto, valor e simbolismo na formação da identidade social e cultural.

Ao abordar a afetividade pelo território e a partir dessa forma, surgem (ou se fortalecem) os laços de atenção e carinho entre os indivíduos para estabelecer a conexão entre o corpo e o território. Muitas comunidades nativas enxergam a colheita como uma forma de zelar pela Terra Mãe, que fornece alimentos, remédios e outros recursos, enquanto os seres humanos retribuem cuidando do solo com aragem, plantio, irrigação e adubação. Para (PEREIRA, 2022, p.129):

Consideramos então que as práticas de cuidado entre os corpos-territórios se dão a partir do processo de circularidade e configuram o cuidado do nós (que é essencial para a construção do Bem Viver). Por conta disso, concordamos que na prática cartográfica devem ser tomados em conta os afetos multissensoriais entre os corpos e os territórios e que a cartografia afetiva, como mapeio dos corpos-territórios e dos processos de territorialização, é capaz de ressignificar a existência ao evidenciar a importância do cuidado e a relação intrínseca entre cultura e natureza, negando a ciência positivista e a supervalorização da razão à emoção.

Dentro deste cenário, a interconexão das interações e o cuidado com os sentimentos multissensoriais entre corpos e áreas geográficas são fundamentais. Quando se leva em conta as emoções na prática cartográfica, a cartografia afetiva surge como uma ferramenta impactante para delinear não só os detalhes materiais, mas também as conexões emocionais e culturais que surgem entre as pessoas e seus arredores. Essa

perspectiva redefine a vida ao enfatizar a relevância da reciprocidade e da ligação profunda entre cultura e meio ambiente.

Diferentemente da perspectiva positivista que costuma dividir a razão da emoção e a dar demasiado valor à primeira em detrimento da segunda, a cartografia afetiva valoriza e reconhece a importância das vivências emocionais na interpretação e na representação dos territórios. Ela questiona a supremacia da ciência positivista, que frequentemente ignora ou menospreza as histórias e os saberes locais em prol de uma abordagem mais objetiva e quantitativa.

Portanto, ao adotar a perspectiva da cartografia afetiva e valorizar a interligação entre cuidado, cultura e meio ambiente, estamos expandindo nossas maneiras de interpretar e interagir com o ambiente que nos cerca, permitindo assim um olhar mais aberto e completo sobre a vida humana e as relações em sociedade.

A respeito da cartografia afetiva, “uma obra construída a partir de redes de relações com o outro é algo desafiador. De acordo com Pereira (2014, p.110) “Ao mesmo tempo que a arte, na contemporaneidade, cria conexões com o cotidiano e com a vida[...]”. Essa perspectiva das cartografias como redes em contínua criação e transformação reflete uma abordagem mais dinâmica e fluída da compreensão do espaço e das interações humanas nele contidas. Ao invés de enxergar mapas como representações fixas e imutáveis de territórios, a concepção de cartografias como redes indica que o espaço é constantemente moldado e reestruturado por meio das relações humanas e dos processos sociais, culturais e políticos.

A partir destas concepções, as representações cartográficas vão além de simples instrumentos para descrever uma área geográfica, sendo também utilizadas para analisar as conexões de autoridade, identidade e ligação que a envolvem. Elas se transformam em métodos de pesquisa e visualização das diversas complexidades e significados que formam um território específico, considerando não apenas os limites físicos, mas também os limites simbólicos e emocionais que o caracterizam para as pessoas que nele vivem.

Esta estratégia valoriza a diversidade e a variedade de pontos de vista em um ambiente, destacando a relevância de compreender as conexões e interações entre diversos elementos e agentes. Em contraste com mapas estáticos e definitivos, as cartografias em forma de redes propõem um fluxo contínuo de cartografias e re-cartografias, onde as representações do ambiente são sempre temporárias e passíveis de revisão e reinterpretação.

O entendimento móvel das representações geográficas apresenta implicações concretas, sobretudo em situações de planejamento das cidades, crescimento comunitário e administração dos recursos naturais. Através da utilização de uma abordagem participativa e flexível, as representações geográficas enquanto redes têm o potencial de permitir que as comunidades participem ativamente na configuração e mudança de seus próprios locais, promovendo, deste modo, uma maior diversidade, inclusão e sustentabilidade.

“Cada área representada em um mapa corresponde a uma área de singularidade, impessoal, pois a conexão se torna coletiva quando decidimos compartilhar essa região com o próximo e suas emoções” (PEREIRA, 2014, p. 115). Compreendendo tal abordagem temos que o conceito de que cada região representada em um mapa não é apenas uma mera extensão territorial, mas sim um local de singularização, no qual pessoas e grupos constroem suas identidades e significados.

Ao contemplar um mapa, não estamos apenas visualizando traços e delimitações geográficas, mas também percebemos as narrativas, lembranças e afetos que estão ligados a esse território. Sob esta ótica, este ato de troca e exploração, tem uma função primordial como um elo entre o artista e o público, entre o indivíduo e o coletivo. A arte ultrapassa os limites temporais e espaciais, possibilitando que as vivências e sentimentos do criador sejam divididos e entendidos por aqueles que se conectam com ela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutirmos os impactos no cenário rural do Brasil, é fundamental compreender a diversidade das interações envolvidas. A acumulação de propriedades rurais é um evento antigo no Brasil, e suas implicações são impactantes para os habitantes do campo. Terras vastas são frequentemente controladas por um reduzido número de donos, o que restringe a posse de terras para agricultores de menor porte e comunidades tradicionais, gerando disparidades econômicas e exclusão social.

Entretanto, a comunidade de Dois Riachos passou por uma série de mudanças ao longo das transformações impostas pelo avanço do capitalismo, algumas dessas mudanças estão intrinsecamente ligadas às mudanças na forma de produzir, principalmente em decorrência da modernização frente à mecanização. Tendo ainda um crescimento nos comércios locais, como mercados e oficinas mecânicas. Mas que mesmo diante dessas mudanças a comunidade ainda se mostra praticante de culturas como a agricultura familiar.

As consequências na paisagem agrícola do Brasil vão além de aspectos financeiros ou ecológicos, abrangendo também implicações sociais e culturais significativas. Lidar com esses desafios exige uma visão global que inclua os desejos e expectativas das populações rurais, visando a equidade social, a preservação ambiental e o progresso rural participativo.

Diante das entrevistas obtidas com os moradores da Comunidade é possível perceber como essas mudanças afetaram principalmente o setor agrícola, em que parte dos filhos das famílias não se interessa mais pela vida no setor, mas sim por trabalhos no comércio e na indústria. Sendo que parte deles deixam seus lares para irem estudar fora, em busca de melhores condições de vida.

Embora tenha ocorrido modificações, o afeto pela Comunidade é imensurável, são pessoas realizadas onde vivem, tanto pela questão familiar, como profissional, e até mesmo pela simplicidade que a vida no campo proporciona. O sentimento de pertencimento é algo muito presente nos moradores, e eles relataram que mesmo com as dificuldades que surgem, são muito felizes aqui, e não pretendem deixar a Comunidade, pois já tem o que necessitam para sobreviver.

Com isto, mesmo com todos os serviços encontrados na Comunidade, como saúde, e educação, seria de grande importância o retorno das atividades na associação comunitária. Pois a mesma é fundamental para discutir assuntos relacionados à

agricultura da comunidade. Portanto essa união seria essencial para um maior desenvolvimento tanto na questão do pertencimento, como nas questões tangentes ao setor agrícola na comunidade.

## REFERÊNCIAS

- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007.
- ALVES, Carley Rodrigues, and Márcia Brito Nery Alves. **"Por uma ética do pertencimento"**, 1999.
- ALVES, Eliseu. **Carta da agricultura, Agricultura familiar**. Revista de política agrícola. Ano XV – Nº 4 – out./nov./dez. 2006.
- BALSADI, O. V. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo em perspectiva, 15(1), 155-165, 2001.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo / Rodrigo Simão Camacho**. - Presidente Prudente: [s.n.], 2014, 806 p.
- CARVALHO, Horacio Martins de. **De produtor rural familiar a camponês. A catarse necessária**. 2009.
- CASTRO, Luís Felipe Perdigão De. **Agricultura familiar, habitus e acesso à terra**. Revista Brasileira De Sociologia Do Direito, 2015.
- ELIAS, Denise. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. In: Revista Eletrônica de Geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm 218 (03), 1 de agosto de 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo**. Reforma Agrária, v. 35, n. 2, p. 41-53, 2014.
- FERRARI, Dilvan Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; MELLO, Márcio Antonio de; TESTA, Vilson Marcos. **Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 12, ed. 2, 2004.
- FUKUI, Lia Freitas Garcia. **A "Riqueza do Pobre" - Relações Pais e Filhos Entre Sitiantes Tradicionais Brasileiros**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], n. 14, p. 67-77, 1973.
- GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro**. GeoTextos, v. 2, 2008.
- HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. 2004.
- HUTTA, J. S. **Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder**. Caderno Prudentino de Geografia, [S. l.], v. 2, n. 42, p. 63–89, 2020.

JÚNIOR, Antonio Thomaz. **Se Camponês, se operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil.** GEOGRAFIA E TRABALHO NO SÉCULO XXI Volume 2, p. 130, 2006.

MARCOS, V. de. (2017). **Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante.** Boletim Paulista De Geografia, (84), 105–136.

MESQUITA, Helena Angélica de. 2008. **Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social.** Boletim goiano de geografia. Goiânia, Goiás, Brasil.

MOREIRA, E. R. F. ou MOREIRA, E.; Dantas, José Carlos; FERREIRA, Denise de Sousa; TARGINO, Ivan; GARCIA, María Franco. **A luta de ocupação: sua evolução no estado da Paraíba.** Boletim DATALUTA, v. 1, p. 2-9, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007. 184 p.

PEREIRA, Joselaine Raquel Da Silva. REGISTRO, MILENA. **Antropologizando a cartografia afetiva: práticas de cuidado como formas de resistência e re-existência.** Campos, v. 23, n. 1, p. 122-142, 2022.

PEREIRA, Juliana Cristina. **"Cartografias afetivas: Proposições do professor-artistacartógrafo-etc."** R. Ra'e Ga. Curitiba, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala.** Conceptos y fenómenos fundamentales de nuestros tempos. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

ROVER, Ardinete. **Normas da ABNT: orientações para a produção científica / Ardinete Rover, Regina Oneda Mello.** – Joaçaba: Editora Unoesc, 2020.

SANTOS, Thiago Araújo. **Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba.** Diss. Universidade de São Paulo, 2010.

SHANIN, Theodor. **Lições Camponesas.** In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edemilson. **Campepinato e Territórios em Disputa.** 1ª Edição, São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008.

SILVA, Francisco Dornelles Fernandes da. **Agricultura familiar e recriação do Campepinato: contribuições na construção de uma ideologia camponesa / Francisco Dornelles Fernandes da Silva.** Cajazeiras, 2023.

SILVA, José G.; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. **“O que há de realmente novo no rural brasileiro”.** In: Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: Embrapa, v.19; n.1 p.37-67. Jan-Abr, 2002.

SILVA, Juniele Martins. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO) / Juniele Martins Silva.** – Presidente Prudente: [s.n], 2015.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. **O conceito de rural**. Una nueva ruralidad en América Latina. 2001. 66-78.

TEIXEIRA, J. C. **Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas, Três lagoas – MS, v.2, nº. 2, p. 22-42, set. de 2005.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de geografia agrária brasileira** / Orlando Valverde: [prefácio por Manuel Correia de Oliveira Andrade]. – Petrópolis, vozes, 1985, 268 páginas.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Rev Econ. Sociol Rural. 2014; 52: 25-44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo rural como um espaço de vida**. Editora UFRGS, Rio Grande do Sul, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Processos sociais agrários., Caxambu, MG, 1996.

## **APÊNDICE – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA: MORADORES DA COMUNIDADE**

1. Onde estudam as crianças da família?
2. Quando precisa de atendimento médico, você tem esse atendimento na comunidade ou precisar se deslocar para a cidade?
3. Para você o que representa a cultura da comunidade?
4. Trocaria a vida no campo pela vida urbana?
5. Quais os principais serviços que você busca na cidade que não tem na comunidade?
6. Que fatores o levaria a trocar a vida no campo pela cidade?
7. O que lhe faz se sentir pertencente a comunidade de Dois Riachos?
8. Como é viver aqui na comunidade?
9. O local onde você vive tem algum vínculo? Por exemplo, foi herança de algum familiar, o quanto isso significa para você?